

**Forças Armadas de Libertação
Nacional: o Grupo de Esquerda
Armado Ribeirão-Pretano
(1967-1969)**

ALESSANDRA BAGATIM

MONOGRAFIA

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Diretor Associado: Prof^a Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral: Prof^a Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Coordenação da Revista Idéias: Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Coordenação da Coleção Idéias: Prof. Dr. Pedro Paulo Funari

Coordenação das Coleções Seriadas: Prof. Dr. Lucas Angioni

Coordenação da Coleção Trajetória: Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Coord. da Monografia, Cadernos do IFCH e Cadernos da Graduação: Prof^a Dra. Suely Kofes

Representantes dos Departamentos: Prof^a Dra. Maria Suely Kofes – DA, Prof. Dr. Armando

Boito Jr. – DCP, Prof. Dr. Lucas Angioni – DF, Prof. Dr. Pedro Paulo Funari – DH e Prof. Dr.

Marcelo Ridenti – DS

Representantes dos funcionários do setor: Marilza A. Silva, Magali Mendes e Sebastião Rovaris

Representantes discentes: Fábio Scherer (pós-graduação) e Rafael Rodrigues Testa (graduação)

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva – Magali Mendes – Hilda Pereira Segala

Gráfica:

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604 / 3788.1603 – Fax: (019) 3788. 1589

morewa@unicamp.br

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

Capa: Escadaria do Teatro Municipal do Rio de Janeiro (detalhe), junho de 1968.
Agência JB, Kaoru.

ALESSANDRA BAGATIM

**FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL:
o Grupo de Esquerda Armado
Ribeirão-Pretano (1967-1969)**

Monografia premiada no XI Concurso de Monografias (2002) de alunos
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP

PROFA. DRA. MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES
Orientadora

BANCA

Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes – Orientadora –
Depto. de Sociologia do IFCH/UNICAMP.

Prof. Dr. Edgar De Decca - Depto. de História do IFCH/UNICAMP.

Prof. Dr. Marcelo Ridenti - Depto. de Sociologia do IFCH/UNICAMP.

Agradecimentos

Especialmente a minha mãe e ao meu pai, pela luta diária cujo objetivo sempre visou minha felicidade, assim como a da Márcia, a do André e a da Dani.

Ao Joãozinho, pelo amor, pelo incentivo, pela paciência, por aceitar, carinhosamente, minhas constantes preocupações e inseguranças, principalmente durante a escrita da monografia e por agüentar, estes anos todos, a distância e a saudade.

Aos meus queridos irmãos: Márcia, André e Dani, por nossa união, amizade e pela torcida, ainda que muitas vezes não tenha sido explicitada. À Márcia e ao André devo ainda grande parte de meu financiamento aqui, sem o qual tudo teria sido bem mais difícil.

Ao meu mais recente amor, a pequena Luísa (Lulinha), pela alegria e por ter trazido de volta a nossa casa o gostoso cheirinho de nenê.

À querida Jane, que por mais de 5 anos dividiu um quarto comigo, por agüentar minhas chatices, manias e excessos de organização e palpites. A ela agradeço ainda a cumplicidade, a amizade sincera e todo carinho.

À Profa. Maria Lygia por ter sempre se mostrado disposta a me orientar, mesmo não sendo da área de História, e por ter aceitado este meu jeito um pouco equivocado de ser orientanda.

À Áurea Moretti e ao Vanderley Caixa, pessoas a quem admiro, pela plena disposição de me contar uma história de dor cuja dimensão jamais conhecerei. A ambos agradeço ainda a possibilidade de acesso a um material de pesquisa sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado. À Áurea agradeço também os inúmeros xerox que me forneceu.

Ao amigo Marcelo, por toda ajuda, por nossas conversas e por ter sido uma importante referência em momentos que foram decisivos para mim na Unicamp.

Aos queridos Aline, Vanessa e Marcus pela amizade que construímos nestes mais de quatro anos, pelos momentos legais que passamos juntos, pela ajuda, torcida e por sempre me dizerem: “Tudo vai dar certo”.

À querida Flávia, pelos conselhos certos, por seu senso de humor apurado e por ter sido possível tornar-se sua amiga.

Ao amigo Mário, por seu companheirismo e por ter sido sempre tão fácil e agradável trabalhar com ele.

Às queridas Lílian, Renata, Angélica, Karina e Roberta, pela amizade de anos.

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
Capítulo I.....	15
1. As Décadas de 1960 e 1970 no Brasil	15
2. A multiplicação dos grupos de esquerda	22
Capítulo II	25
1. As Forças Armadas de Libertação Nacional	25
Capítulo III	35
1. O interior paulista na luta contra a Ditadura brasileira	35
2. A tentativa de guerrilha rural da FALN.....	42
3. Análise dos Informativos das Forças Armadas de Libertação Nacional.....	52
Capítulo IV.....	69
1. A postura da Igreja Católica ribeirão-pretana na década de 1960.....	69
2. A participação feminina na FALN	81
Considerações finais.....	93
Fontes Utilizadas	95
Bibliografia.....	95

Apresentação

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) surgiu no ano de 1922 e viveu, até a década de 1980, ilegalmente, com exceção de alguns curtos períodos. Em 1966, dois anos após o regime ditatorial ter sido instaurado no Brasil, o Partido realiza seu 6º Congresso para a discussão de seu regimento interno. Durante o Congresso, o chamado Partidão defendeu a necessidade de mudanças sociais, políticas e econômicas no Brasil através da efetivação de uma revolução brasileira, a ser realizada em duas etapas: a primeira, nacional e democrática (que lutaria pelo fim dos resquícios feudais e da dependência imperialista); e a segunda, socialista. Mas, para a concretização destas transformações o partido privilegiava a via pacífica.

Porém, vivia-se no Brasil um momento de rigidez política. O poder estava assegurado pela força das armas. Castelo Branco, o presidente, era um dos membros da Escola Superior de Guerra (assim como seriam os seus quatro sucessores) e a democracia e a liberdade estavam cerceadas.

Além disso, as Revoluções Cubana e Chinesa, assim como a Guerra do Vietnã, enchiam de brilho os olhos da esquerda brasileira e de seus simpatizantes. A derrota de forças imperialistas por meio da organização de movimentos armados, assentados no campo e que utilizavam a população civil foram as lições trazidas por estas experiências.

Deste modo, a esquerda brasileira, que se aglutinava basicamente no PCB, não aceitou suas teses e defendeu a imprescindibilidade da luta armada. A consequência direta do atrito foi um verdadeiro multiplicar de grupos de esquerda armados, saídos do Partidão, a partir de 1966.

A FALN¹ (Forças Armadas de Libertação Nacional) é um exemplo deste desmembramento do PCB. Saída de um Comitê Zonal do partido, tornou-se um grupo armado, independente e atuante nos arredores da cidade de Ribeirão Preto, em 1967.

¹ Embora o nome do grupo seja escrito no plural, optei por tratá-lo no singular, já que me refiro à **organização** FALN. Além disso, os próprios membros do grupo a tratam no singular.

Isolada no interior, composta por poucos membros e tendo uma vida efêmera, a FALN foi considerada, na década de 1980, pelo velho militante comunista e historiador Jacob Gorender, como “... o jardim de infância das organizações de esquerda armada do pós-64”.² A afirmação renderá o desenrolar do trabalho.

² GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987, p. 220.

Introdução

Se a pesquisa histórica, de uma maneira geral, dá margem a diferentes interpretações, os estudos sobre o período da Ditadura Militar no Brasil garantem uma diversidade ainda maior de abordagens, já que se trata de uma história bastante recente, com muitos documentos que ainda não se tornaram públicos, com muitos atores ainda vivos e com feridas e ressentimentos não cicatrizados.

O presente trabalho, como já foi ressaltado, inscreve-se neste tema através da FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional). O ano de fundação do grupo é 1967, enquanto outubro de 1969 marca o momento de sua descoberta e de sua desestruturação pelos órgãos de repressão do Estado. A sentença dos envolvidos só sairá em 1972. Assim, o ano de 1964 (que marca o início do regime político ditatorial no país) e o ano de 1972 (momento da sentença dos processados) serão os grandes marcos para o trabalho. Porém, como este enfoca a história do grupo quando ainda em atividade, o período privilegiado aqui será 1967-1969.

O *Capítulo 1* contextualiza os motivos e as consequências do golpe militar de 1964. No *Capítulo 2* traça-se, em linhas gerais, a formação e os desdobramentos da organização ribeirão-pretana. Com o *Capítulo 3* analisam-se as intenções e as ações da FALN. E, por fim, o *Capítulo 4* realça a participação da Igreja e da mulher dentro do grupo.

Como toda pesquisa, esta também apresentou dificuldades para ser efetuada. Em primeiro lugar, embora exista hoje vasta bibliografia sobre os anos de repressão no Brasil, sobre as organizações de esquerda do pós-64 e sobre a história de muitos dos que nelas militaram, é extremamente pequena a bibliografia que faz referência a FALN. Livros como os de Jacob Gorender¹, Marcelo Ridenti² ou Luiz Maklouf Carvalho³, por exemplo, dedicam menos que uma dezena de páginas à ela. Depois, o processo de número 65 da documentação *Brasil: Nunca Mais*⁴, que

¹ GORENDER, J. *Op. cit.*, 1987.

² RIDENTI, Marcelo, *O fantasma da Revolução Brasileira*, São Paulo: Unesp, 1993.

³ CARVALHO, Luiz Makouf, *Mulheres que foram à luta armada*, São Paulo: Globo, 1998.

⁴ O Arquivo Edgard Leuenroth, localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, possui o Fundo *Brasil: Nunca Mais* (BNM). Nele há os depoimentos de todos

trata somente sobre a FALN, mesmo que extremamente rico e de fundamental importância, é uma documentação difícil de ser utilizada, já que a maioria das informações ali contidas foi imposta ou “conseguida” sob tortura⁵. Assim, para que esta dificuldade fosse parcialmente superada e pelo fato do trabalho tratar de um objeto histórico que é contemporâneo à pesquisa, fez-se necessária, e importante, a realização de entrevistas com dois dos integrantes do grupo: Vanderley Caixe⁶ e Áurea Moretti Pires⁷.

Com eles, além das inúmeras informações conseguidas, foi possível ter acesso a um material sobre a FALN que até então desconhecia: o livro da jornalista Matilde Leone⁸ e três trabalhos desenvolvidos por estudantes: sendo dois de História (uma dissertação de Mestrado⁹ e uma Monografia¹⁰) e um de Jornalismo¹¹.

aqueles que foram atingidos pela Ditadura Militar enquanto possíveis ameaçadores da chamada Segurança Nacional. O processo de número 65, uma documentação ainda pouco explorada, faz referência a FALN, de Ribeirão Preto, tendo sido esta a fonte da qual me utilizei.

⁵ Vale a pena expor aqui a definição dada a um Inquérito Policial pelo militante, e hoje advogado, Vanderley Caixe. Diz ele: “Um Inquérito Policial é feito do que eles [os delegados] vão recolhendo de informação, do que é montado, do que eles ouvem da sua boca e montam um quadro e é um material para você assinar”. (Entrevista concedida em 31 de maio de 2002).

⁶ Entrevista concedida por Vanderley Caixe à Alessandra Bagatim, no dia 31 de maio de 2002, na cidade de Ribeirão Preto.

⁷ Entrevista concedida por Áurea Moretti Pires à Alessandra Bagatim, no dia 15 de junho de 2002, na cidade de Ribeirão Preto.

⁸ LEONE, Matilde. *Sombras da Repressão – O outono de Maurina Borges*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. A jornalista Matilde Leone, durante 12 anos, realizou entrevistas com a maioria dos membros da FALN. Foram mais de 40 fitas gravadas com conversas. Porém, alguns personagens do livro são fictícios, como o jovem mexicano Felipe Castro, que vem ao Brasil na tentativa de desvendar sua história pessoal; além disso, na capa do trabalho há impresso: Romance Histórico. Contudo, em conversa por telefone com Matilde (no dia 02 de julho de 2002) esta me assegurou que todos os dados e informações que constam no livro sobre os membros da FALN são reais, conseguidos através das entrevistas.

⁹ BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha ribeirão-pretana. História de uma organização armada revolucionária*. Unesp, Franca, 2001

¹⁰ ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. *Memória da militância. A resistência feminina ao período militar (Ribeirão Preto: 1965/1971)*. Unesp, Franca, 1999.

¹¹ PINHEIRO, Ana Paula Araújo & TOMICIOLI, Ana Regina Bula. *O preço da luta – A igreja católica como ponto de partida*. Bauru, 1999.

Trabalhar com a década de 1960 também pode ser considerado uma dificuldade já que, neste período, houve uma efervescência de acontecimentos culturais e políticos, de âmbito mundial, que se tornou a grande referência para os cinco continentes. As Revoluções Cubana e Chinesa, a Guerra do Vietnã, ou o Maio de 1968, na França, tiveram uma significação fundamental para os jovens brasileiros, principalmente àqueles cujos ideais comunistas e socialistas já eram vistos com agrado. Sendo assim, o pesquisador corre o risco de ora superestimar este contexto e ora não captar a dimensão e influência que exerceram em quem os acompanhou.

Para Flávio Tavares, militante do grupo MAR (Movimento de Ação Revolucionária), por exemplo,

*“é impossível ou, pelo menos enganoso, tentar explicar com os olhos e a realidade de hoje o que víamos com os olhos de ontem na realidade de ontem”.*¹²

Jorge Nahas militante da organização COLINA (Comandos de Libertação Nacional), diz:

*“se você, hoje, lê o livro de Debray, você morre de rir dele. Se fosse possível lê-lo antes, assim em 1964, é provável que ninguém daria muita importância. Mas em 1967, 68...”.*¹³

Resta ao pesquisador, então, todo cuidado ao caminhar pela tênue linha que separa a idealização de um período e a dificuldade em compreendê-lo.

É difícil, ainda, encontrar a melhor maneira de se apresentar o termo *esquerda*. Porém, o tema faz com que seja importante defini-lo. Jacob Gorender¹⁴ e Marco Aurélio Garcia¹⁵ têm posicionamentos bastante claros e sucintos sobre o termo, por isso tomo a liberdade, aqui, de utilizá-los, amenizando a dificuldade. Assim, a expressão *esquerda* pode ser entendida como um referencial político e ideológico que visa a transformação social em proveito dos menos beneficiados. Agrupando comunistas (e suas dissidências), libertários, socialistas e, crescentemente, setores cristãos, eles tendem a um posicionamento crítico

¹² TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*, São Paulo: Globo. 1999, p. 187.

¹³ RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 55.

¹⁴ GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 7.

¹⁵ GARCIA, Marco Aurélio. “Contribuições para uma história da esquerda brasileira”. In: MORAES, R. et al. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 194.

em relação ao capitalismo. São os caminhos e formas para esta transformação social, assim como os pressupostos e conseqüências para esta crítica ao capitalismo, que pluralizam a esquerda, levando-a a oscilar entre a reforma e a revolução.

As dificuldades, contudo, acabam por evidenciar a relevância de estudos sobre este período, pois eles contribuem para que todos aqueles que depositaram confiança e doação na luta por ideais mais justos e igualitários possam ter a certeza de que valeu a pena. Acredito que para a FALN, uma organização com pouca expressão nacional, tal reconhecimento seja ainda mais significativo.

Além disso, a universidade não pode se omitir de pensar os grandes temas políticos e sociais do momento, mesmo sabendo que, para muitos, um trabalho sobre o passado recente não é considerado História.

Por fim, este trabalho contribui para não perdermos de vista que práticas como o pau-de-arara e o choque elétrico não surgiram em 1964, nem deixaram de existir com o final da década de 1970, porque, embora vivamos em uma sociedade que se diz democrática, ela continua a utilizar-se da violência para assegurar a manutenção das chamadas normas sociais.

Capítulo I

I- As décadas de 1960 e 1970 no Brasil

I.1: Do espectro do comunismo à implantação da Ditadura

Em agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou a seu mandato. João Goulart, seu vice, assumiu o cargo, como previsto pela Constituição de 1946. Porém, esse trâmite legal encontrou dificuldades de acontecer diante de ministros militares e conservadores que, respaldados pela UDN (União Democrática Nacional), ameaçaram a posse de Jango com um possível veto militar. Mas, manifestações populares, políticos democráticos e militares nacionalistas apoiaram a posse do presidente evitando a possibilidade de um golpe militar.

Mesmo assim, houve uma redução do poder do presidente devido à adoção do regime parlamentar. Por isso, em 7 de setembro de 1961, Jango recebia do Congresso a faixa presidencial para o mandato do regime parlamentarista. Segundo Caio Navarro: "*O governo de João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado*".¹

Pelo regime parlamentarista, o presidente governava junto a um Conselho de Ministros por ele escolhidos. Durante a vigência do parlamentarismo foram três os Conselhos de Ministros formados, prova da incompatibilidade entre Goulart, o Conselho e o Congresso, este último composto principalmente por opositores de Jango.

Após um ano e três meses de vigência da forma de governo parlamentarista, um plebiscito, realizado em janeiro de 1963, deu ampla vitória ao presidencialismo (os números dizem que foram nove milhões de votos a favor do presidencialismo contra dois milhões a favor do parlamentarismo). Jango tornou-se presidente com amplos poderes.

Porém, se durante o mandato de seu antecessor, Juscelino Kubitschek (1955-1964), vivia-se um período de alto crescimento industrial, em 1961 o contexto político-social era de intensa crise econômico-financeira. O elevado nível de investimento e a importação de equipamentos necessários ao desen-

¹ TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 7.

volvimento econômico do país, ocorridos no mandato de Juscelino, fizeram com que Jango herdasse uma grande soma de endividamento externo, além de um descompasso no crescimento dos setores industrial e agrícola.

Segundo Jacob Gorender “*Jango subiu à presidência da República no meio de uma tempestade que prenunciava outras ainda mais furiosas*”,² já que, de acordo com o autor, desde os anos de 1930, populismo e industrialização caminharam sempre juntos, potenciando-se mutuamente, até que, passados 30 anos de contradição, tal dupla não conseguiu mais se sustentar, principalmente diante de um regime político liberal inaugurado pela Constituição de 1946.

Além da crise econômica, o início do mandato de Goulart foi marcado pela ampliação e fortalecimento do movimento reivindicatório de operários e trabalhadores do campo. Como estes haviam auxiliado a campanha que garantiu a posse do presidente em 1961, Jango, de legado getulista, tentava atender às reivindicações deles.

Assim, o quadro de instabilidade político-financeira fez com que Jango não se posicionasse muito claramente entre a burguesia e segmentos da esquerda (incluindo aqui grande parte de operários e trabalhadores rurais), isto diante de um país que estava polarizado ideologicamente. Segundo o autor Caio Navarro:

*“... o período de 1961/1964 deve ser visto como um momento privilegiado da vida política brasileira posto que nele ocorreu uma polarização política e ideológica com dimensões inéditas e com características singulares”.*³

Desta forma, embora no final de 1961 Goulart tenha cancelado a autorização que permitia a exploração de jazidas em Minas Gerais para o truste norte-americano Hanna Corporation; ou tenha restabelecido as relações diplomáticas entre o Brasil com a China e a URSS; ou ainda tenha se oposto a qualquer forma de sanção em relação à Cuba, durante reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA); Jango também viaja para os Estados Unidos, em 1962, e defende a participação do capital norte-americano no desenvolvimento brasileiro⁴, assim como aprova o princípio da “justa compensação” nos casos de desapropriação de empresas estrangeiras operando no país. Mais tarde, após a vo-

² GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 15.

³ TOLEDO, C. N. *Op. cit.*, p. 9.

⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.23.

tação favorável ao presidencialismo, Jango criará a SUPRA (Superintendência Para a Reforma Agrária), sancionará a lei que institui o 13º salário, e reconhecerá oficialmente os sindicatos de trabalhadores rurais.

Em 1963, quando Jango já governava sob o regime presidencialista, o quadro econômico, financeiro e político do país era de crise e havia tensões sociais. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social, elaborado por seu ministro da Economia, Celso Furtado, tinha a finalidade de solucionar a crise, buscando assim o encaminhamento satisfatório dos demais problemas. Através do Plano Trienal visava-se o crescimento econômico e a diminuição da inflação, mas a intenção não deu certo, o custo de vida aumentou e houve achatamento salarial.

Sem sucesso com o Plano, Jango se volta para a realização das chamadas Reformas de Base, sendo a principal delas, sem dúvida, a proposta de Reforma Agrária. Segundo Caio Navarro, esta não tinha um sentido revolucionário, apenas significava uma possibilidade para o aumento da produção agrícola e para o controle de tensões e distúrbios sociais.⁵ De acordo com um colaborador de Goulart:

"(...) O que Jango tentava fazer não tinha nada de muito ousado nem de radical. (...) Jango, latifundiário, queria fazer a Reforma Agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social".⁶

Mesmo assim, tal postura desagradou proprietários rurais, setores da Igreja e conservadores, sendo objeto de intensa oposição, que crescerá depois da realização do histórico comício monstro na Central do Brasil, Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964. Nele Jango anunciou a assinatura de dois decretos: o da nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras (com mais de 100 hectares) que se localizavam às margens das rodovias e ferrovias federais. Havia dado início a seu fim.

Seis dias depois do comício, a União Civil Feminina (UCF) e a Campanha da Mulher pela democracia (Camde) organizam "A marcha da família com Deus pela Liberdade". Após a marcha houve a realização de uma missa pela salvação da democracia. O movimento, na verdade, significava a convivência dos civis com o golpe.

Este viria em 31 de Março de 1964, sob a alegação do espectro comunista que Jango significava, e poria fim a João Goulart, ao chamado populismo e a chamada democracia. Era o início da Ditadura Militar.

⁵ TOLEDO, C. N. *Op. cit.*, p. 54/55.

⁶ *Idem, Ibidem*, p. 55.

1.2: Os anos de exceção no Brasil

Com o novo regime, antes mesmo que um militar tomasse posse para chefiar a nação, foi decretado o primeiro Ato Institucional, de uma série que viria. Por meio dos Atos, as instituições do país começariam a ser alteradas. Com o AI-1, de 9 de abril de 1964, por exemplo, embora a Constituição de 1946 tenha sido mantida, mesmo que bastante modificada, e o Congresso continuado a existir, as imunidades parlamentares foram suspensas e autorizou-se a cassação de mandatos nos níveis municipais, estaduais e federais (foi através da utilização deste recurso que figuras como Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e Leonel Brizola tiveram seus direitos políticos suspensos, sendo que os dois últimos ainda ficaram longo tempo exilados). Além disso, o AI-1 estabelecia a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional.

O primeiro nome indicado a assumir a presidência foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que tomou posse em 15 de abril de 1964. Característica significativa do regime ditatorial brasileiro é que este não simbolizou uma ditadura pessoal já que havia a sucessão presidencial. Assim, saídos todos da Escola Superior de Guerra, viriam a suceder Castelo Branco, respectivamente, general Artur da Costa e Silva (março de 1967 - outubro de 1969), general Emílio Garrastazu Médici (outubro de 1969 - março de 1974), general Ernesto Geisel (março de 1974 - março de 1979) e general João Batista Figueiredo (março de 1979 - janeiro de 1985).

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada pelo Exército em 1945 e tinha por modelo o *National War College* dos Estados Unidos. Isto porque, após a Segunda Grande Guerra, oficiais do exército brasileiro e do exército norte-americano passaram a ter estreitas ligações. Segundo Kenneth Serbin:

*“A integração entre os oficiais norte-americanos e brasileiros não teve paralelo na América Latina e levou o Brasil a acreditar que tinha uma relação especial com os Estados Unidos”.*⁷

A Escola Superior de Guerra foi responsável pela criação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a base teórica do regime militar brasileiro. Através

⁷ SERBIN, Kenneth. *Diálogos nas Sombras – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 87.

da DSN legitimava-se o sacrifício do bem-estar coletivo caso a segurança nacional estivesse ameaçada e fortalecia-se o Poder Nacional contra o 'inimigo interno' que tentasse ameaçar as estruturas do poder.

Outra característica marcante da Ditadura no Brasil, além da sucessão presidencial, foi o funcionamento do Congresso. Desta forma, tentava-se evitar que a feição autoritária do regime aparecesse. Durante os mais de 20 anos em que vigorou a Ditadura no país, o Congresso foi fechado somente por curtos períodos, embora fosse apenas um homologador do Executivo. A implantação das eleições indiretas para a escolha do presidente dava idéia de poder ao Congresso, mas este apenas acatava as ordens vindas do Alto Comando das Forças Armadas. Segundo Boris Fausto:

"A sucessão presidencial se realizava, de fato, no interior da corporação militar, com audiência maior ou menor da tropa, conforme o caso e decisão final do Alto Comando das Forças Armadas. Na aparência, de acordo com a Legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena. Mas o Congresso, descontados os votos de oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima".⁸

Embora os mandatos dos generais Costa e Silva e Garrastazu Médici tenham sido os mais autoritários e violentos, foi durante o governo de Castelo Branco que os sindicatos urbanos e as universidades sofreram intervenções e o campo viveu intensa repressão, principalmente as Ligas Camponesas.

O multipartidarismo deixou de existir, cabendo à ARENA (antiga UDN) e ao MDB⁹ (ex PTB¹⁰ e ex PSB¹¹ - o chamado partido da oposição) a ocupação do espaço político por todo o período ditatorial. Em janeiro de 1967 uma nova Constituição foi elaborada, institucionalizando a Ditadura. Em fevereiro de 1967, Castelo Branco ainda decretaria eleições indiretas também para governadores e aprovaria a Lei de Imprensa, que cerceava a liberdade de pensamento e de informações.

O Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão que tinha por objetivo fiscalizar instituições e cidadãos em nome da chamada "segurança nacional" e

⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 475.

⁹ MDB: Movimento Democrático Brasileiro.

¹⁰ PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

¹¹ PSB: Partido Socialista Brasileiro.

contra o “inimigo interno”, foi outra medida coercitiva implantada no governo de Castelo Branco. Fundado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI ganhou tamanha força que o próprio general admitiu, anos mais tarde, ter criado um monstro.¹² Porém, coube ao CIE (Centro de Informações do Exército), ao Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e ao CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) a concretização das operações repressivas que se tornaram práticas corriqueiras nos anos da Ditadura Militar.

Estes três Centros: do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, foram os responsáveis pela tortura no país até o ano de 1969, dando destaque ao Cenimar, segundo Boris Fausto.¹³ A partir de 1969 surge a OBAN (Operação Bandeirantes) que limita sua atuação aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta será substituída pelos DOI-CODIs (Destacamento de Operação e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna), assim como pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), mais tarde DEOPS (Delegacia Especializada de Ordem Política e Social), que se estenderam por vários estados do Brasil. Através destes órgãos, a tortura se institucionalizou no país como meio utilizado em interrogatórios.

Ainda assim, o general Castelo Branco era considerado pertencente a uma linha política moderada, dando origem, inclusive, ao termo “castelismo” para definir aqueles de tendência menos radical. O militar que o substituiu, general Costa e Silva, não era um castelista. Castelo Branco não conseguiu fazer seu sucessor.

Durante o início do mandato de Costa e Silva cresceu a pressão das forças da oposição: em junho de 1968 ocorreu a passeata dos Cem Mil, que protestava a morte do estudante Édson Luís, morto por policiais cariocas quando reivindicava melhorias para um restaurante estudantil. As greves de Osasco (grande São Paulo) e de Contagem (Minas Gerais), consideradas um dos mais importantes acontecimentos para o movimento operário, também são desta época. Havia ainda a organização dos grupos de esquerda, que iniciavam a luta armada. Estes acontecimentos seriam usados como justificativa à decretação do famoso AI-5, em dezembro de 1968.

O mais repressor dos Atos Institucionais, o AI-5 significou um *golpe dentro do golpe*, embora a expressão já tenha se tornado chavão. A partir dele, a

¹² Serbin, K. *Op. cit.*, p. 89.

¹³ FAUSTO, B. *Op. cit.*, p. 481.

Constituição de 1967 passou a ser ignorada, o Congresso foi fechado e o Executivo legislou em todos os âmbitos da Constituição. A censura e a tortura foram fortalecidas e o direito de *habeas corpus* perdido. A substituição de Costa e Silva por Emílio Garrastazu Médici, em outubro de 1969, concretizou a política de linha dura no país.

Favorável à chamada Revolução de 1930, assim como os demais presidentes militares, só a Médici coube a função de ter feito o país retroceder aos tempos do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Primeiramente, durante seu mandato, Filinto Müller, o carrasco chefe de polícia de Vargas, assumiria a presidência do Congresso, assim como quando foi chefe da ARENA. Depois, o terceiro presidente militar também utilizaria maciça propaganda para promover o regime. As frases curtas e marcantes viraram adesivos, músicas e se espalharam por toda a parte: “*Brasil Grande*”; “*Pra Frente Brasil*”; a marchinha: “*Eu te amo, meu Brasil, eu te amo...*”; ou ainda, “*Brasil, ame-o ou deixe-o*”, esta última, uma clara referência aos brasileiros forçados ao exílio pelo regime.

Além da propaganda, outra característica forte no governo de Médici foi o crescimento econômico pelo qual passou o país, ao menos aparentemente, rendendo-lhe o nome de “milagre econômico”. Entre 1969 e 1973 o Brasil teve baixos índices de inflação (18% ao ano), o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 11% anualmente, altos investimentos foram realizados e grandes obras construídas. Porém, a economia nesta época ficou absolutamente dependente do sistema financeiro e do comércio internacional, por isso, com a crise do petróleo em 1974, que causou retração no capitalismo mundial, o “milagre econômico” mostrou em que estava apoiado, ou seja: em um crescimento desmedido da dívida externa, em um abandono de projetos sociais e em uma concentração de renda que causou enorme desigualdade social.

Ernesto Geisel, de tendência castelista, herdaria de seu antecessor um país com uma dívida externa de US\$ 12 bilhões, chegando a US\$ 43 bilhões até o fim de seu mandato. Além disso, ainda enfrentaria uma desestabilizada hierarquia militar, que, segundo Boris Fausto, foi uma das causas para o início do processo de abertura política. De acordo com o autor:

“Um oficial de patente inferior podia controlar informações, decidir a vida ou morte de pessoas conforme sua inserção no aparelho repressivo, sem que seu superior na hierarquia militar pudesse contrariá-lo. As funções e os princípios básicos das Forças Armadas eram assim distorcidos, trazendo riscos à integridade da corpora-

ção militar. Para restaurar a hierarquia, tornava-se necessário neutralizar a linha dura, abrandar a repressão e, ordenadamente, promover a 'volta dos militares aos quartéis'".¹⁴

Mas, ainda contribuiriam para o processo de abertura política: o embate entre Igreja Católica e Estado, que desgastava o governo, e o fato de Geisel defender uma democracia relativa. Durante seu mandato o jornal *O Estado de São Paulo* deixa de ser censurado, seguido pela *Folha de S. Paulo*. Nas eleições legislativas de novembro de 1974 os partidos podiam ter acesso ao rádio e à TV. Em outubro de 1975, a morte do diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI paulista, causa indignação e protestos em São Paulo. Após o fato, Geisel substitui o general Ednardo D'Ávila Melo, responsável pelo DOI-CODI, por Dilermando Gomes Monteiro, e cessa as torturas nas dependências do órgão. Em 1978 o Congresso revoga o AI-5, já incorporado à Constituição.

Ernesto Geisel foi o único dos presidentes militares a conseguir fazer seu sucessor, o que lhe valeu a continuidade do projeto de abertura política. Com Figueiredo, em 1979, viriam a Anistia aos chamados crimes políticos (interessante principalmente aos torturadores) e a concretização da abertura política. Em 1985, após a forte campanha das *Diretas Já*, o Brasil passaria a ter um presidente que, embora eleito pelo Congresso, era civil.

Paralela a esta faceta do período ditatorial brasileiro, temos a história de grupos de esquerda armados, surgidos como alternativa à política dominante.

2- A multiplicação dos grupos de esquerda

O PC do B (Partido Comunista do Brasil) sempre foi uma referência importante para o país. Segundo Antônio Carlos Mazzeo, desde sua criação o PC do B significou uma grande ruptura na história do Brasil, já que colocou o trabalhador como o centro de discussões políticas e econômicas diante de uma sociedade de barões.¹⁵

¹⁴ FAUSTO, B. *Op. cit.*, p. 490.

¹⁵ Tais idéias foram por ele defendidas em seminário organizado pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, sob o título: "Os Herdeiros de 22". A mesa da qual o pro-

No início da década de 1960, o partido se divide entre PCB (ou Partidão) e PC do B. Após o racha é o PCB que continua imperioso aos olhos da esquerda brasileira, principalmente até 1966.¹⁶

Após 1962, além do PCB e do PC do B, outros grupos faziam parte do cenário político alternativo de então. Eram eles: a **POLOP** (ou ORM - PO: Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, criada desde 1961); a **AP** (Ação Popular, de 1963); as **Ligas Camponesas**, (lideradas por Francisco Julião no nordeste do país, também de 1963); o **PSB** que propunha um socialismo democrático; e outros grupos menores como o **POR-T** (Partido Operário Revolucionário - Trotskista, de 1953). Todos eles, contudo, exceto o PSB e a AP, agiam na clandestinidade.

Ainda assim, o PCB foi a principal referência política e organizativa para a maioria dos que optaram por uma luta contrária à Ditadura. Mas ele perdeu seu domínio em 1966, com a realização o 6º Congresso do Partido, já que optou por idéias reformistas e pacifistas para se chegar ao comunismo e defendeu que a vitória diante da Ditadura Militar podia ser conseguida através de uma aliança com parte da burguesia, aquela que se posicionava contrária ao regime.

Estes propósitos foram recusados pela maioria do partido, em detrimento do informe apresentado por Marighella, em que era defendido “... *uma luta longa, árdua, através de um contínuo preparo das massas e inevitavelmente armada*”. Marighella, junto a outros grandes nomes do Partidão como Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Jacob Gorender, Manoel Jover Telles, Miguel Batista e Apolônio de Carvalho, foram, neste momento, expulsos do PCB. A partir daí, originou-se um processo de desprendimento de grupos que antes compunham tal partido, para a formação de organizações próprias. As mais importantes delas foram a **ALN** (Ação Libertadora Nacional), comandada por Marighella e Joaquim Câmara Ferreira; e o **PCBR** (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), originado por Mário Alves.

Analisando o acontecimento Flávio Tavares diz que, no momento em que o pensamento da esquerda crescia...

fessor Antônio Carlos Mazzeo fez parte tratou sobre *Comunistas, ditaduras e democracias*, e aconteceu no dia 13 de junho de 2002, no Palácio dos Azulejos de Campinas.

¹⁶ Tanto é verdade que Marco Aurélio Garcia em seu texto *Contribuições para uma história da esquerda brasileira* usa a sigla PCB para falar do partido em 1922.

“... o Partido Comunista, que fora referência histórica ou núcleo básico da esquerda, tinha optado por uma vida de ameba no intestino da ditadura e queria, tão-só, autoprotoger-se para manter-se vivo, mesmo que assim matasse toda sua tradição de insurreição”.¹⁷

Tavares alega também que a postura do PCB foi fatal para a esquerda já que houve um sentimento geral de abandono, traição e orfandade. A resistência que se seguiu foi ampla e caótica, e a mudança de lado do PCB foi traumática e abriu feridas. Os que não abandonaram o partido julgavam os que haviam optado pela luta armada como traidores, enquanto estes acreditavam que aqueles traíram a causa da revolução popular, afirma o autor.¹⁸

Para alguns militantes de esquerda dos anos de 1960, este multiplicar de organizações era fundamental. Eduardo Leite, o Bacuri, líder da REDE (Resistência Democrática), enfatizava a necessidade de se “*formar centenas, milhares de grupos, aqui e em todo o Brasil, cada um fazendo sua parte*”¹⁹, para que no final, a união de todos culminasse na revolução. Marighella também via com agrado este movimento de dispersão, pois acreditava que num primeiro momento da revolução seriam necessários vários grupos armados para abalar o aparelho burocrático-militar do Estado brasileiro.²⁰ Já Betinho, integrante da AP (Ação Popular), julgava a existência de 30 ou 40 organizações a demonstração da falta de coerência lógica entre elas.²¹

O fato, contudo, é que esta dispersão acarretou na criação de grupos armados de esquerda por todo o país e, embora sua concentração acontecesse principalmente nas capitais (68,8% dos atingidos pela Ditadura residiam nas capitais)²², também estiveram presentes no interior. A **FALN** é um exemplo disso, já que também é originária de um desmembramento do PCB atuante em Ribeirão Preto.

¹⁷ TAVARES, F. *Op. cit.*, p. 43.

¹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 44.

¹⁹ In RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 175.

²⁰ *Idem, Ibidem*, p. 42.

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 256.

²² REIS FILHO, D. A. *Op. cit.*, 1990.

Capítulo II

As Forças Armadas de Libertação Nacional

“Vejo as cenas, sinto as dores: Vanderley massacrado vivo, os meninos presos no açougue do quartel, o Cabo Aparecido me pendurando no pau-de-arara, o fluir do choque elétrico, o espancamento brutal pelo delegado Miguel Lamano, Mário Bugliani todo machucado no corpo e no espírito, apagado seu sorriso amigo de camponês, a pureza da irmã Maurina conspurcada num ambiente sujo espiritualmente, o grito dos companheiros que ressoa até hoje dentro da gente (...) O ‘clac’ do revólver na cabeça pronto para o tiro. A mão machucada para a impressão digital e a foto: ‘de lado’, ‘de frente’, faltou pedirem ‘um sorriso, por favor’”.

(Áurea Moretti Pires, 1999)

O ano de 1961 significou para Ribeirão Preto, assim como para a maioria das cidades brasileiras, o início de uma resistência a favor da democracia, em apoio à posse de Jango, que corria o risco de não assumir o cargo de presidente quando Jânio Quadros renunciou, como visto.

Os Grêmios das chamadas escolas secundaristas, os Centros Acadêmicos e algumas organizações de trabalhadores, como a UGT, eram os principais meios organizadores de resistência e protesto, e também os canais que levavam aos grupos de esquerda da época, como o PCB ou a AP, que já atuavam em Ribeirão Preto.

Segundo Jacob Gorender:

“... o período de 1960-1964 marca o ponto mais alto da luta dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora [1987]. O auge da luta de classes, em que se põs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado”.¹

¹ GORENDER, J. Op. cit., p. 66.

Em Ribeirão Preto, contudo, a resistência ao golpe de 1964 não veio, assim como nas demais localidades. Conta o autor Leopoldo Paulino que na noite de 31 de março não havia em Ribeirão Preto focos de resistência nem no Centro Acadêmico Rocha Lima, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, nem tampouco na sede da UGT, ambos estavam fechados.²

Logo após o golpe, em 2 de abril de 1964, a classe patronal de Ribeirão Preto organizou marchas em apoio ao golpe. Segundo Sebastião Botosso, ex-sindicalista da cidade:

*“Tanto eu como todos aqueles que participaram desta marcha de apoio à nova ordem fomos ‘convidados’ por políticos e pelo SESI (Serviço Social da Indústria). Uns participavam de forma consciente e outros inconscientemente, sem saber o que estava por trás daquilo. Mas a maioria dos trabalhadores sentia-se convocado pelo seu patrão, às vezes temendo algum tipo de represália no emprego caso não participasse do ato público”.*³

Em 12 de maio de 1964, em reunião secreta na Câmara local, presidida por Aloizio Olaia Paschoal, foram impedidos de assumir o mandato de vereador os suplentes da legenda do PSB. Eram os indícios do AI-1 que chegavam a Ribeirão Preto, já que, como foi visto, este suspendeu as imunidades parlamentares e autorizou a cassação de mandatos em níveis municipal, estadual e federal.

Concomitante a isto, o PCB local congregava mais integrantes, até julho de 1966, quando o Comitê Central do partido divulgou as teses que deveriam ser discutidas em suas bases, espalhadas por todo o Brasil. Eram as que primavam pela conscientização política via sindicatos, movimento estudantil e agremiações e que defendiam um “caminho pacífico” para a revolução, com uma possível aliança junto a um setor da burguesia.

Em Ribeirão Preto, o coletivo secundarista que compunha o PCB agregava, aproximadamente, 30 pessoas. Além deles, havia os dirigentes municipais: Celso Manso, Ary Normanha e Vanderley Caixe. Tanto os primeiros como estes últimos não concordaram com as teses do Comitê Central e defenderam uma política de luta efetiva contra a Ditadura.

² PAULINO, Leopoldo. *Tempo de Resistência*, Ribeirão Preto: Oswaldo Cruz, 1998.

³ BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha ribeirão-pretana*, 2001, p. 31.

Segundo Paulino, Vanderley Caixe era dotado de grande carisma pessoal e espírito de liderança, e fora o coordenador do que o autor cita como a principal das tarefas realizadas em Ribeirão Preto pelos anos de 1966: uma panfletagem nas casas dos principais bairros operários da cidade, sem a queda de nenhum quadro.⁴

Após a divulgação das Teses do PCB, em julho de 1966, Caixe, descontente, consegue um encontro em São Paulo com Carlos Marighella (secretário geral do Comitê Estadual do Partido). Este havia acabado de ser recusado pelo PCB por ter participado de uma reunião da OLAS⁵ (Organização Latino Americana de Solidariedade), em Cuba. Em busca das armas para iniciar o processo de luta armada em Ribeirão Preto, o encontro com Marighella significou para Vanderley:

"... uma ducha fria porque Marighella diz: '... não, a arma está aí, no coldre do soldado, é lá que você vai buscar. A arma está nos quartéis, a arma está nas delegacias, é lá que nós vamos buscar as armas. Não tem nada pronto'".⁶

Quando Caixe volta para Ribeirão Preto, o comitê Zonal do PCB, por saber de suas intenções, decide expulsá-lo do partido, junto a dois outros companheiros. Sobre o acontecimento conta Vanderley:

"... na medida em que eles colocam para nós: 'vocês estão expulsos do Partido', eu levanto e digo: 'não, quem são expulsos do Partido são vocês, o Partido está conosco'".⁷

Caixe expressava, assim, sua convicção na luta armada contra a ditadura.

Em 1967, após a expulsão, Vanderley organiza uma reunião aberta com a juventude. Segundo Leopoldo Paulino foi nesta reunião que Caixe propôs a estruturação de uma organização clandestina, de caráter regional, que preparasse tarefas para o início da luta armada. Dos quarenta integrantes que compunham a reunião, apenas três não aderiram ao novo grupo. Nascia assim a

⁴ PAULINO, L. *Op. cit.*, 1998.

⁵ A primeira tentativa de unificar ideologicamente toda a América Latina visando ao caminho armado para a revolução foi a reunião Tri Continental em Cuba, que posteriormente se desdobrará na OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade); sendo a figura de Che Guevara o grande exponte para estes movimentos.

⁶ Entrevista I – Vanderley Caixe.

⁷ Entrevista I – Vanderley Caixe.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

RUA BRIGADEIRO TOBIAS N.º 527

PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA 19 / 10 / 1969

REG. GERAL N.º

DELEGACIA Seccional de Polícia - Ribeirão Preto

Ata: Estes dados devem ser obrigatoriamente preenchidos, acompanhados de cinco (5) individuais dactiloscópicos.

Nome: VANDERLEY CAIXE - Sexo: masc.-
 Idade: _____ Data do nasc: 6 / 10 / 1944
 Filiação (pai): Feraít Caixe (mãe): Rina Martinelli Caixe -
 Raça: - branca- Cabelos: cast. claros - Olhos: cas t.
 Brancelas: cast. claras - Barba: rapada Bigode: cast. claro-
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: _____
 Profissão: estudante- Estado civil: solt.- Nacionalidade: brasileira-
 Lugar onde nasceu: Ribeirão Preto-sp- Instrução: média-
 Residência (declarada): Ribeirão Preto- rua Duque de Caxias, 1157 -
 Motivo da prisão: Lei de Segurança Nacional Data: _____/_____/_____
 Hora: _____
 Local: Rib. Preto-
 Hora da ocorrência: _____/_____/_____
 Há inquérito policial? sim
 Recusa a Fôlha de Antecedentes? sim Juízo Criminal do processo ou da sentença: _____



Assinatura do Identificado,

Assinatura da Autoridade,

Ficha de identificação de Vanderley Caixe feita durante a fase do Inquérito Policial do processo 198/69, que na coleção Brasil: Nunca Mais corresponde ao Processo 65. Vanderley Caixe era o líder do grupo.

FLN (Frente de Libertação Nacional), que mais tarde seria denominada de FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional).⁸

No depoimento de Sílvio Rego Rangel, membro da FALN, contido no processo 65 do BNM, consta que:

“... Vanderley também não havia concordado com as teses pacifistas do partido e avisou ao interrogado e a seus companheiros da sua intenção de se desligar, dando aos mesmos uma opção de acompanhá-los, ou de permanecer no PCB, tendo como contato Ary Normanha”.⁹

A FALN, formada principalmente por estudantes (eram secundaristas ou universitários os principais nomes que a compunham como: Vanderley Caixe, Áurea Moretti, Vicente Alessi Filho, Sílvio Rego Rangel, José Ivo Vanucchi)¹⁰, também era integrada por operários, trabalhadores rurais, além de intelectuais e profissionais liberais. Contou com aproximadamente 80 membros e se espalhou por quase 40 municípios da região, tendo o aval de Marighella, segundo Vanderley Caixe.¹¹

O grupo foi responsável pela publicação de quatro periódicos: *O Berro, Você deve Saber, Informação Extra e Prática Revolucionária*. Mas foi o primeiro deles, sem dúvida, o mais divulgado. Segundo consta em depoimento de Rangel:

“... o novo grupo tinha por princípio a implantação do socialismo através da luta armada, mas que não tinha definido o meio desta luta, foi aí que acharam no jornal ‘O Berro’ uma maneira de saírem da inatividade e manter o grupo unido”.¹²

Através dos jornais, a FALN arrecadava verbas e tentava doutrinar novos possíveis integrantes. No depoimento de um dos processados, Hélio Freitas, consta:

⁸ Todas estas informações sobre as agitações políticas em Ribeirão Preto, desde o ano de 1961 até os primeiros anos que se seguiram a 1964 foram retiradas de PAULINO, L. *Op. cit.*, 1998.

⁹ Fundo BNM Processo 65, depoimento de Sílvio Rego Rangel, p. 163.

¹⁰ A FALN teve muitos nomes indiciados, mas foram apenas 49 os condenados. O processo 65 do *Fundo Brasil Nunca Mais* contém os depoimentos de todos os indiciados e das testemunhas. Para cada depoimento há uma ficha de identificação dos depoentes contendo nome, idade, filiação, naturalidade, nível escolar e ocupação. Dentre os 49 condenados, 12 foram classificados como estudantes; 11 como lavradores; 3 como professores, 3 como funcionários públicos; 4 como comerciantes; 6 como escriturários; 2 como autônomos, 1 como religiosa e os últimos 7 como funcionários de banco, de pequenas empresas ou de órgãos de comunicação.

¹¹ CARVALHO, L. M. *Op. cit.*, p. 92.

¹² Fundo BNM, Processo 65, depoimento de Sílvio Rego Rangel, p. 163.

"... que estas reuniões na casa de Mário [Bugliani] se realizavam na presença de Mário [Bugliani], do interrogado, de Aristóteles [Fagundes], Geraldo Nascimento e Vanderley Caixe, que eram lidos vários jornais que passaram a ser interpretados por Mário e Vanderley".¹³

Segundo Vanderley Caixe, *O Berro*:

"... servia pra sentir o simpatizante, saber até que ponto ele poderia chegar, porque não era a simples entrega do jornal, mas a entrega do jornal com discussão. (...) E no momento em que este quadro passasse para um outro nível ela [Áurea Moretti, que era uma das principais divulgadoras do periódico] passava para nós: 'Olha, este contato já tem condições para ser trabalhado em um outro nível'".¹⁴

O jornal, apesar de seu conteúdo crítico, teve vida legal e levava a assinatura de seus responsáveis (Vanderley Caixe, como diretor de redação, e Vanderlei Fontella, diretor comercial) sendo vendido em bancas de jornal. Segundo Caixe, ter seu nome nas páginas de *O Berro* poderia servir como uma espécie de alibi caso fosse acusado de envolvimento com a organização. A intenção, como será visto, não deu certo.

Mais tarde, quando o grupo é descoberto, caem também os que apenas haviam contribuído financeiramente com o jornal ou que eram seus leitores. Segundo Gorender: *"... a polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal 'O Berro' com militantes ativistas".¹⁵*

Dos que foram chamados para depor, a maioria associou o nome de Áurea Moretti ao jornal, já que, como foi dito, era ela uma das principais divulgadoras e vendedoras de *O Berro*. Além disso, a ela cabia conseguir alimentos, medicamentos, roupas e sapatos para o movimento, fato que a tornou conhecida para quem teve o menor dos contatos com o grupo. Junto a ela, por exemplo, foi encontrada uma lista contendo nomes, em códigos, de mais de 30 contribuintes do jornal, e a soma que doavam. No segundo depoimento que presta, ela é obrigada a decifrar os códigos, revelando nomes¹⁶. Áurea foi classificada no processo como a responsável pela "base logística" do grupo¹⁷.

¹³ Fundo BNM, Processo 65, depoimento de Hélio Freitas, p. 107.

¹⁴ Entrevista I – Vanderley Caixe.

¹⁵ GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 220.

¹⁶ Fundo BNM, Processo 65, depoimento de Áurea Moretti, p. 327-340.

¹⁷ Fundo BNM, Processo 65, Relatório, p. 914.

Ela, Vanderley Caixe e Mário Bugliani foram os que receberam as maiores sentenças. Vanderley, condenado como chefe da organização, pegou dez anos de reclusão, dos quais cumpriu cinco; Áurea Moretti, condenada a seis anos, cumpriu três e Mário Bugliani, condenado a oito anos, cumpriu quatro.

Bugliani era um trabalhador rural que no ano de 1967 trabalhava no corte de cana da Usina São Francisco, na cidade de Sertãozinho (bastante próxima a Ribeirão Preto). No Processo 65 consta que Bugliani era integrante do Sindicato dos Operários Agrícolas da cidade¹⁸. Segundo Vanderley Caixe, ele era o presidente do sindicato em Sertãozinho e o organizador de uma das primeiras greves no campo na região de Ribeirão Preto¹⁹.

Foi Bugliani quem recebeu a segunda maior pena porque era a grande figura da FALN na área rural, considerado o capitão do aparelho localizado na “Fazenda Boa Vista”, município de Guatapará. Ele, Djalma Quirino de Carvalho e César Marcelino da Silva, preparavam o seqüestro do usineiro João Marquezzi. O aparelho rural, contudo, foi descoberto pela polícia em 17 de outubro de 1969, noite em que o seqüestro seria realizado. Os três foram presos. Djalma Quirino fazia um “Diário de Campo”, inspirado no de Che Guevara, que foi encontrado pelos policiais. Lá havia, entre outras informações, nomes quentes e frios dos integrantes da FALN.

Foi a partir da localização do acampamento rural que a FALN caiu e, através do Diário de Djalma Quirino, quase todos os integrantes do grupo foram identificados. Segundo Vanderley:

“... a partir deste Diário foi fácil começar a localizar. Foi quase uma noite de São Bartolomeu²⁰ que se repetiu. Mais dois dias, praticamente toda a organização caiu, dois ou três dias”.²¹

Além do seqüestro frustrado, a FALN foi responsável por alguns comícios relâmpagos, pichações em muros (as frases mais freqüentes eram: “Abaixo a Ditadura”; “Salário igual à fome. Fome igual à morte”; “O patrão explora o empregado”; “Viva Cuba”), explosões de bombas e responsável também por

¹⁸ Fundo BNM, Processo 65, depoimento de Mário Bugliani, p. 6.

¹⁹ Entrevista I – Vanderley Caixe.

²⁰ Nesta passagem Vanderley faz referência ao massacre de protestantes ocorrido em Paris, na noite do dia 24 de agosto de 1572, data da Festa de São Bartolomeu. A pedido de Catarina de Médicis, o rei Carlos IX condena à morte todos os chefes protestantes.

²¹ Entrevista I – Vanderley Caixe.

organizar grupos menores nas cidades circunvizinhas a Ribeirão Preto, como: Sertãozinho; São Joaquim da Barra; Orlândia; Franca; Pitangueiras, e outras. Segundo Caixe²², tentar ligações com as cidades vizinhas não significava uma estratégia de luta, mas a busca de novos companheiros.

No dia 8 de outubro de 1969, data do aniversário de morte de Che Guevara, explosões de bombas aconteceram concomitantemente em Ribeirão e cidades vizinhas, tudo organizado pela FALN. As bombas eram de efeito moral e espalhavam folhetos de críticas à Ditadura e de homenagem a Che. Os locais escolhidos para as explosões foram os cinemas, uma das agências dos Correios, o Mercado Municipal da Cidade, a Igreja Mormons e até mesmo o 3º Batalhão Policial.

Segundo Relatório contido no Processo 65, a FALN foi responsável por

*“explodir bombas de capacidade destrutiva em vários locais de Ribeirão Preto (...) bombas estas confeccionadas para espalhar boletins onde a FALN homenageava Guevara. Na cidade de Sertãozinho, Mário Bugliani no mesmo dia e hora fazia explosões juntamente com seus comparsas”.*²³

Houve ainda o roubo de dinamites na pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, cinco dias antes da queda do aparelho na Fazenda Boa Vista.

A FALN teve uma vida curta, menos de dois anos, e suas ações tiveram pouca expressão nacional, porém, ela não escapou da sagacidade dos torturadores, a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, e ele pessoalmente, estiveram em Ribeirão Preto. Ninguém escapou. Centenas de pessoas foram detidas.

Tornou-se famosa, por exemplo, a história da mãe Maurina Borges que, mesmo não sendo integrante da organização, foi torturada, com rumores até hoje não confirmados de uma possível violência sexual. O que a ligava ao grupo era o fato de ter cedido um espaço do orfanato em que era diretora (o Lar Santana) a um dos integrantes da FALN, Mário Lorenzato. Este fazia parte do MEJ (Movimento Estudantil Jovem), de caráter católico, que usava o espaço do Lar Santana para reuniões. Quando ficou sabendo que Lorenzato estava sendo procurado pela polícia, mãe Maurina queimou todos os papéis que se encontravam na sala usada por ele. O Lar Santana foi classificado no Processo 65 como o “sistema nervoso” da organização e mãe Maurina como “elemento da cúpula terrorista”.²⁴

²² Entrevista I – Vanderley Caixe.

²³ Fundo BNM, Processo 65, p. 913/914.

²⁴ Fundo BNM, Processo 65, p. 916.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO
RUA BRIGADEIRO TOBIAS N.º 627

PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA: 30 / 10 / 1969

REG. GERAL N.º

DELEGACIA Seccional de Polícia de Ribeirão Preto

Obs: Estes dados devem ser obrigatoriamente preenchidos, acompanhados de cinco (5) individuais dactiloscópicos.

Nome: MAURINA BORGES DA SILVEIRA - Sexo: ~~MASC.~~ FEMO
 Raça: Data de nasc. 18 / 6 / 1926
 Filiação (pai) Antônio Borges da Silveira (mãe) Francelina Teodoro Borges
 Cúlis: branca - Cabelos: castanhos - Olhos: azues -
 Sobrancelhas: castanhas - Barba: Bigode:
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: n/tem
 Profissão: religiosa - Estado civil: solteira - Nacionalidade: brasileira -
 Lugar onde nasceu: Araxá - MG - Instrução: superior -
 Residência (declarada) rua Cons. Dantas, 984 - Ler. Santana - Rib. Preto -
 Motivo da prisão: Lei de Segurança Nacional, Data: / / Hora:
 VÍTIMA: Local: Rib. Preto
 Data da ocorrência: / / Há inquérito policial? sim
 Quer a Folha de Livro Criminal do processo ou da sentença



Mencione as
identificações ar
lugares que c



Assinatura do Identificado,

Assinatura da Autoridade,

Ficha de identificação de madre Maurina Borges feita durante a fase do Inquérito Policial do processo 198/69, que na coleção Brasil: Nunca Mais corresponde ao Processo 65.



Vista do Lar Santana onde madre Maurina era diretora quando foi presa. Está localizado no bairro Vila Tibério, em Ribeirão Preto.

Madre Maurina saiu do Brasil em 1970, quando as Organizações VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e REDE (Resistência Democrática) seqüestraram o cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi, e seu nome constava na lista dos cinco presos políticos que deveriam ser trocados pelo cônsul.

Após a prisão da madre, o arcebispo de Ribeirão Preto, Dom Felício da Cunha, apoiado por 42 sacerdotes da arquidiocese, excomungou os dois delegados de Polícia da cidade, Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano. Esta foi a única penalidade canônica noticiada pela imprensa no período ditatorial.²⁵ Segundo afirmou Dom Paulo Evaristo Arns, foi através do caso de Ribeirão Preto que ele começou sua luta pela justiça social.²⁶

²⁵ GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 220.

²⁶ *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais, 07 de junho de 1998.

Capítulo III

I - O interior paulista na luta contra a Ditadura brasileira

“No interior de São Paulo, com o mínimo de recursos, com muita disposição para fazer, se construiu uma organização que é até proporcional às grandes organizações, com todos os recursos, toda a tradição e experiência. Ela [FALN], proporcionalmente, pode-se dizer que foi até maior”.

(Vanderley Caixe - Ribeirão Preto, 31/05/02)

Com a instauração do regime ditatorial os meios institucionais legais de ação e reivindicação estavam obstruídos, por isso os grupos de esquerda armados buscavam caminhos alternativos para sua luta, cujo objetivo final era a concretização do socialismo como regime político.

Havia, contudo, dificuldade para o êxito de tal objetivo: os grupos de esquerda eram poucos, assim como seus integrantes; eles agiam através de vias ilegais (assaltos ou expropriações, seqüestros, fugas); procurados pelo aparato repressor, os revolucionários tinham que mudar de identidade, viver na clandestinidade e se afastar dos familiares; havia poucos recursos financeiros e a constante preocupação de serem presos e não resistirem à tortura. Enquanto isso, os militares tinham a seu favor o respaldo das leis (mesmo para atitudes inomináveis como a tortura, seguida, muitas vezes, de morte) e o poderio bélico das três Forças Armadas.

Devido à discrepância de forças, fazer parte de um grupo de esquerda exigia do militante um preparo físico, psicológico e teórico grande, uma convicção de ideais e um desprendimento por conquistas pessoais: a luta visava a liberdade para o povo brasileiro e se preciso morrer-se-ia por isso. Mas, apesar das dificuldades, havia a motivação proveniente do momento pelo qual passavam: Cuba, China e Vietnã, como já foi dito, eram exemplos da possibilidade de reversão de situações desfavoráveis para a implementação de governos democráticos. Além disso, na América Latina, Colômbia, Venezuela e Guatemala já haviam iniciado um processo de guerrilha.

Com o aniquilamento dos grupos de esquerda brasileiros, ainda na primeira metade da década de 1970, passou-se a analisá-los como idealizadores, sonhadores e despreparados para a luta que buscavam travar. Este tipo de conclusão se referia até mesmo às organizações mais conhecidas (ALN, VPR, MR-8, PC do B, AP, COLINA¹), que realizaram ações significativas, de repercussão nacional, ou que tiveram entre seus quadros nomes importantes como: Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Lamarca, Frei Betto, Jover Telles, entre outros.

Segundo Gorender:

"Generalizou-se o ponto de vista segundo o qual a esquerda, que se empenhou na luta armada, cometeu erros primários, a respeito do qual não valia a pena perder tempo. (...) A derrota da luta guerrilheira deixou a herança de um fantasma. O fantasma da revolução brasileira" ²

Para o grupo de Ribeirão Preto esta desvalorização foi ainda mais forte. A FALN teve como líder o pouco conhecido Vanderley Caixe. Sua ação mais ousada foi o assalto à pedreira da prefeitura de Ribeirão Preto, cujas dinamites roubadas não chegaram a ser usadas, já que o grupo cairia uma semana após a ação. Era uma organização pequena, de maioria ainda muito jovem e com pouca experiência política. Por isso, foi classificada como despreparada, ingênua, canhestra, composta por um bando de românticos.

Segundo Vicente Alessi Filho³, membro da FALN:

"... a firma de Ribeirão era pequena, era confusa, queria dar passos que não podia. (...) Aconteceu o roubo da dinamite na pedreira e a tentativa de seqüestro que foi o gargalo da brincadeira. Depois do roubo da dinamite, colocou-se uma carta embaixo da porta de dois jornais de Ribeirão informando à imprensa que a revolução - em nome não sei de quem - havia feito uma expropriação de dinamite no depósito da prefeitura municipal". ⁴

¹ As siglas significam, respectivamente, Ação Libertadora Nacional, Vanguarda Popular Revolucionária, Movimento Revolucionário 08 de Outubro, Partido Comunista do Brasil, Ação Popular, Comando de Libertação Nacional.

² GORENDER, J. "Apresentação. Anos de Chumbo: criativos e funestos". IN: RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 11 e 14.

³ Vicente Alessi Filho se desliga do grupo antes de sua queda e vai para São Paulo junto de Silvío Rego Rangel, que também abandona a organização. Quando a organização é descoberta, eles são presos, torturados e condenados. Segundo Matilde Leone são os antagonistas de Vanderley Caixe (1998, p. 133)

⁴ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 152/153.

Seguindo a mesma linha de Alessi Filho, Jacob Gorender classifica a FALN como “o jardim de infância das organizações de esquerda do pós-64”.⁵

Para Áurea, a frase pode ser justificada pelas características do grupo. Diz ela:

“Eu entendo assim, foi uma das primeiras que se organizou, tinha muita molecada (...) Não acho que o Gorender quis desmerecer. Só que como foi a primeira vez que falaram de nós, não gostamos”.⁶

Já para Vanderley Caixe, Gorender⁷ agiu com desonestidade ao analisar a FALN desta maneira, porque as falhas do grupo, que são admitidas tanto por Vanderley como por Áurea, foram as mesmas cometidas nas demais organizações armadas de esquerda. Caixe defende, por exemplo, que todas as organizações não tinham uma linha teórica definida, misturavam o foquismo, da Revolução Cubana, com a luta prolongada, defendida por Mao Tsé-Tung, e pensavam em uma coluna móvel, misturando teorias. Diz ele:

“... não existia uma teoria que se dizia: ‘não, tem aquela e vai ser aplicada hoje’. Quer dizer, ninguém tinha isto claro. O que se sabia era o seguinte: era uma luta contra a Ditadura, uma luta de Libertação Nacional, uma luta antiimperialista, todas elas (...) todas elas tinham isso, era libertação nacional que implicava numa luta contra a Ditadura”.⁸

Vanderley defende que todos os grupos, e não apenas a FALN, trabalhavam com tentativas táticas e teóricas, com treinamentos, com experimentações de ações e quadros para pôr fim à Ditadura e implantar o socialismo.

A diferença é que a FALN, por ser pequena e por estar localizada no interior, conseguiu menos crédito de possíveis futuros integrantes. Além disso, o menor número de quadros, os poucos meios financeiros, o pequeno tempo de duração do grupo e a queda completa da organização em menos de uma semana, impediram que ações de maior vulto fossem desenvolvidas.

Como puderam, então, acreditar que conseguiriam chegar ao triunfo da revolução se agiam isoladamente, diante de um país que possui proporções espaciais de um continente?

⁵ GORENDER, J. *Op. cit.*, p.220.

⁶ Entrevista 2 - Áurea Moretti Pires.

⁷ Jacob Gorender foi companheiro de cela de vários integrantes da FALN, na década de 1970, no Presídio Tiradentes. Segundo Caixe era alguém por quem ele tinha grande estima.

⁸ Entrevista 1 - Vanderley Caixe.

Vanderley Caixe, explica que:

*"... no momento em que nós saímos para isto [a luta armada], para este caminho, era um problema de saber: 'O que nós vamos fazer? Dentro deste quadro todo da revolução brasileira quem somos nós?' Por base, nós chegamos a atingir 40 municípios aqui na região. Mas quem éramos nós dentro disso, quer dizer, o Brasil não são 40 municípios (sic), o Brasil é enorme. (...) Mas algum tempo depois, Marighela, expulso do partido, cria a Aliança Libertadora Nacional. Dai a pouco estoura na serra o pessoal do Lamarca e a VPR aparece e desponta. Então o quadro já começou a ficar mais claro e nós pudemos, nesse quadro todo, situar qual seria nosso papel. Quer dizer, nós entendíamos e discutíamos isto, que **nosso papel era auxiliar no processo revolucionário e nós ocuparíamos o nosso espaço nesta região**. E o encontro com as organizações, ele se daria em um processo de luta, era esse processo de luta que acabaria unificando o movimento revolucionário".⁹ (grifo meu)*

O integrante da FALN, Magno Dadonas, pertencente ao núcleo da cidade de Franca, atesta o defendido por Caixe. Diz ele:

"Caixe sempre nos levava a crer que Ribeirão Preto era apenas um núcleo do movimento que na verdade seria muito mais amplo. Ou ele estava tentando nos motivar ou ele estava mentindo [porque pensar que Ribeirão Preto era parte de um movimento mais amplo] dava mais esperança".¹⁰

Além do sentimento de esperança motivado ao se saber que a FALN não pretendia agir isoladamente, como ressaltou Dadonas, esta postura do grupo de Ribeirão Preto condizia com o defendido por Marighella, que esperava o surgimento espontâneo, por todas as partes do Brasil, de um número incontável de grupos revolucionários autônomos.¹¹ O líder da ALN acreditava que no primeiro momento da revolução seriam necessários vários grupos armados, espalhados por todo o país, para abalar o aparelho burocrático militar do Estado. E num segundo momento caberia a uma única organização a vanguarda do processo revolucionário, papel que a ALN pretendia desempenhar.¹²

Assim, Vanderley Caixe demonstrava lucidez ao analisar a realidade do quadro revolucionário que se desenhava no Brasil ao final dos anos 1960 e o papel que a FALN desempenharia dentro dele.

⁹ Entrevista I - Vanderley Caixe.

¹⁰ LEONE, M. *Op.cit.*, p. 107.

¹¹ RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 223.

¹² RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 42.

De uma maneira geral, os três grandes nomes da FALN foram Vanderley Caixe, Áurea Moretti e Mário Bugliani, cujas consciências políticas e convicções de que era preciso lutar por transformações deram-se ainda antes do regime ditatorial ser instaurado.

Vanderley Caixe, de família tradicional católica de Ribeirão Preto (seus avós paternos são quase um dos fundadores da cidade), teve de sua mãe grande influência intelectual, principalmente porque ela sempre questionava valores, religião e, conseqüentemente, o despertava para questionamentos. Quando jovem, já no PCB, vê na figura de Irineu de Moraes, importante quadro do partido local, sua grande referência. Através de Irineu de Moraes, Caixe conhece a realidade do campo, e se revolta¹³:

*"... isto para mim [conhecer e se envolver com a realidade do camponês] não só era um negócio importante, que era a identificação com aquilo que eu acreditava, mas era um mundo mágico também, a gente nunca pode excluir esse elemento. E a contradição: eu de uma família de posse, uma família rica, uma família tradicional e, de repente, envolvido em uma atividade prática que contestava tudo isto".*¹⁴

Áurea Moretti nasceu e foi criada na roça, como ela diz, era filha do dono do armazém e, por isso, tinha contato tanto com o filho do trabalhador quanto com o filho do proprietário, o que a fez, quando criança, não entender a relação entre uma realidade e outra¹⁵. Diz ela:

*"... eu achava esquisito porque que o fazendeiro que não trabalhava tinha tudo (...) e os que trabalhavam muitas vezes não tinham o que comer. Eu estudei com os filhos dos camponeses na escola, eu tinha o lanche, os outros não tinham".*¹⁶

Foi só no colégio, já em Ribeirão Preto, que ela entendeu a diferença da situação do camponês e do fazendeiro assim como o regime de exploração sustentado por esta relação, devido a uma palestra sobre reforma agrária feita pelo padre Celso Ibson de Sylos. A leitura de Jorge Amado, logo depois, complementaria seu raciocínio.

Mário Bugliani nasceu, viveu, trabalhou e dedicou toda sua vida ao campo e ao camponês. Sentiu pessoalmente as injustiças de um país que explora o tra-

¹³ Entrevista 1 – Vanderley Caixe.

¹⁴ Entrevista 1 - Vanderley Caixe.

¹⁵ Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

¹⁶ Entrevista 2 - Áurea Moretti Pires.

balhador rural. Segundo Áurea, Bugliani sempre lutou por igualdade; estudava para que pudesse ensinar seus iguais e se revoltava contra os patrões, a injustiça, a miséria e a escravidão do povo brasileiro.¹⁷ Era um importante organizador de sindicatos rurais e também de movimentos reivindicatórios em usinas.

Quando veio o golpe militar em 1964, a realidade de injustiça social vivenciada, de uma forma ou de outra, pelos três, somada à ausência de liberdades políticas e sociais trazidas pela Ditadura, fizeram com que tivessem a certeza de que não era possível a imparcialidade. Após 1966, confrontando-se com o PCB, não vêem outro caminho senão o da luta contra o regime ditatorial através das armas. Áurea conta que:

*"... nesta época nós rompemos com o partido, 1967, a gente rompeu com aquela linha pacifista, né, fazendo média com a burguesia enquanto a Ditadura estava acabando com tudo. A gente não tinha paciência e não era para ter mesmo".*¹⁸

É dela ainda a afirmação de que:

*"A gente tinha que fazer a revolução de qualquer jeito, entendeu? Aliás, a gente estava atrasado, estava muito atrasado, já tinha que ter saído antes de ontem".*¹⁹

A pressa, a sensação de que já era tarde, características presentes em todos os grupos, fez com que não houvesse tempo para a formação teórica básica dos quadros. Para os que haviam saído do PCB, o preparo teórico era maior, mas aos demais, a teoria era aprendida junto à prática, de maneira bastante precária. Vanderley diz que:

*"O que você tinha de uma formação ideológica eram, basicamente dirigentes e alguns quadros intermediários, o resto era colocado como soldado que se formava na luta. Porque, é lógico que havia formação político ideológica e tal, mas um tempo muito curto para isto. Uma organização que começa em 1967, cai em 1969, não havia nem tempo para isto. Você tinha tempo de passar o elemento político, o quadro e a forma de luta, e olha que este quadro não era muito avançado porque aí seria complicado".*²⁰

¹⁷ PIRES, Áurea Moretti. "O cortador de cana - nosso companheiro Mario Bugliani". In: *Revista Vamos!* Dezembro de 1989.

¹⁸ Entrevista 2 - Áurea Moretti Pires.

¹⁹ Entrevista 2 - Áurea Moretti Pires.

²⁰ Entrevista 1 - Vanderley Caixe.

Segundo Magno Dadonas, Vanderley Caixe sempre chamava a atenção para o fato de que só o tecnicismo não bastava, que a ideologia era o sustentáculo da técnica, “mas na prática ele acabou mostrando que tinha uma certa pressa...”.²¹

Fidel Castro, Régis Debray e Carlos Marighella, por exemplo, defendiam que principiar o trabalho armado era sinônimo de revolução, e que só a ação garantiria a vanguarda aos grupos²². Como ser a vanguarda revolucionária era um dos pressupostos comuns a todas as organizações²³, não se cogitava ficar apenas na teoria ou nas chamadas doutrinações. Além disso, havia a necessidade de confronto com o imobilismo do PCB, que eles tanto criticavam, e isto só era garantido pela ação.

Ridenti chama a atenção para esta questão ao ressaltar que Marighella, em seu *Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano*, aponta o perigo da precipitação na prática armada sem o devido preparo, embora ele também garanta que na organização deve mandar aquele que pegar em armas, já que “o dever do revolucionário era fazer ações”.²⁴ Mao Tsé Tung, o grande nome da Revolução Chinesa, seguia caminhos semelhantes, defendendo que a política estava na ponta do fuzil.

Diante desta realidade, a formação teórica ficava relegada a um segundo plano e a única certeza era a de que se precisava começar a luta, mesmo que os caminhos para isto não fossem claros. Segundo Caixe:

“... nenhuma das organizações tinha isto [o caminho ideal para a luta] muito claro. Sabia-se realmente o seguinte, é preciso começar (...) Havia uma expressão que Régis Debray usava muito: ‘é preciso bater forte que isto chamará os adormecidos’”.²⁵

²¹ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 109.

²² RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 42.

²³ *Idem, Ibidem*, p. 54. O autor elenca alguns pressupostos que ele classifica como comuns a todos os grupos de esquerda do período, assim, além o surgimento de uma vanguarda de novo tipo que eles passariam a significar, havia a imprescindibilidade da guerrilha rural, a luta em favor da derrubada da Ditadura, a expulsão dos imperialistas do país, a ruptura com o imobilismo do PCB, a importância da mobilização das massas trabalhadoras (rurais e urbanas) e a necessidade de transformação da estrutura de classe da sociedade.

²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 52.

²⁵ Entrevista I - Vanderley Caixe.

Assim, entre deficiências e incertezas, também sentidas nas demais organizações, a FALN foi desenvolvendo suas ações: pichações em muros, explosões de bombas, divulgação de “O Berro”, assalto à pedreira e organização do movimento nas cidades vizinhas e na área rural.

E, embora a defesa do imediatismo da luta acarretasse em um fraco embasamento teórico, as características da FALN permitiram que ela tivesse uma posição bastante coerente diante do quadro político que se desenhou no Brasil entre a década de 1960 e 1970: a de se preparar como força auxiliadora no processo revolucionário que era traçado pelos grupos de esquerda armada; o que não acontecia com as organizações maiores e mais bem estruturadas que buscavam ser a vanguarda revolucionária, agindo independentes umas das outras.

2- A tentativa de guerrilha rural da FALN

“Quer dizer que o senhor não desistiu da luta armada?”

“Não, de maneira nenhuma. Apesar de eu ser semi-analfabeto, procuro estudar muito. Estudar, não apenas ler. Hoje todos ficam pichando Marx, dizendo que está superado, mas tudo o que foi feito de errado, se for analisar, foi uma violação do marxismo-leninismo. Para uma pessoa que estudou numa escolinha de fazenda como eu, não é fácil para pegar um livro de Marx e conseguir interpretar. É preciso muito esforço. Acho que devo um favor à ditadura, que me ajudou a despertar mais, e ter mais interesse pela literatura”.

(Entrevista de Mário Bugliani à Matilde Leone, em meados de 1980. Mário morreu em 1989).

Segundo Eric Hobsbawm, com o começo da Guerra Fria, os países do Terceiro Mundo tinham como denominador comum uma instabilidade social e política²⁶ que era somada ao fato de formarem uma zona mundial muito propícia à guerrilha.²⁷

²⁶ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 421. O termo Terceiro Mundo foi usado pelo autor, por isso preferi não alterá-lo.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 421.

Por isso, de acordo com o historiador inglês, “no terceiro quartel do século [XX] todos os olhos estavam na guerrilha”.²⁸

Sendo assim, havia convencimento no Brasil de que chegara a hora da revolução, sobretudo a partir de 1964, intensificando-se em dezembro de 1968, com o AI-5, quando o Estado cerceou ainda mais as liberdades, e o país passou a viver, na prática, um estado de sítio.

A proposta pela luta armada rural e as críticas às estruturas partidárias tradicionais, defendidas nas revoluções cubana e chinesa, assim como a luta do Vietnã, onde se vislumbrava a possibilidade de inverter, com disciplina e armas, situações desfavoráveis, fizeram com que o modelo tradicional da revolução de 1917 fosse superado e sua doutrina leninista de organização passasse a um segundo plano.²⁹ Os argumentos trotskistas que recusavam o foquismo, a estratégia chinesa de guerra popular, o terrorismo e a luta armada isolada das massas foram fatais para o modelo anterior.³⁰

Na década de 1960, com o castrismo e o maoísmo fortalecidos, a defesa da guerrilha rural no Brasil como uma das formas de abalar os alicerces da estrutura de poder ditatorial tornou-se outro dos pressupostos comuns entre todas as organizações de esquerda do pós-64.³¹

A FALN também optou por esta forma de luta, tendo a seu favor o fato da região de Ribeirão Preto ser, há décadas, considerada como importante pólo de economia agrária³² e, conseqüentemente, de exploração da mão de obra rural, o que garantiria a FALN maior facilidade de ter acesso ao campo e ao trabalhador rural.

A região de Ribeirão Preto já era palco de movimentos que lutavam por benefícios para o trabalhador rural desde a década de 1940. Segundo Botosso, foi neste momento que surgiram as Ligas Camponesas³³ na região de Ribeirão

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 425.

²⁹ REIS FILHO, D. A. *Op. cit.*, p. 70.

³⁰ GORENDER, J. *Op. cit.*, p. 83.

³¹ RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 54. Ver nota de rodapé 81.

³² Pelos anos de 1870, o cultivo do café na região da baixada fluminense entra em grave crise, por isso o produto passa a ser cultivado no chamado Oeste Paulista, que abrange, entre outras, a cidade de Ribeirão Preto e seus arredores. Agora, no final do século XX e início do século XXI, é a lavoura canavieira quem domina a economia agrária da região.

³³ Talvez, para a década de 1940, o termo correto para a associação de trabalhadores rurais não seja Ligas Camponesas, mas optei por usá-lo assim como faz Botosso. BOTOSSO, Marcelo. “A guerrilha rural no Brasil pós 1964”. In: *Estudos de História – A Força na política*. Unesp, Franca, v.8 – n. 1, 2001, p.31.

Preto, as mesmas que, vinte anos depois, estariam concentradas na região nordeste do país, sob a liderança do advogado Francisco Julião.³⁴

Posteriormente, nos primeiros anos da década de 1960, a organização de trabalhadores rurais na região deu-se, principalmente, através da Frente Agrária de Ribeirão Preto e do PCB local. A primeira, criada em 1963, foi o resultado de um trabalho realizado pelo padre Celso Ibson de Sylos. Este, junto a Dom Luís do Amaral Mousinho, primeiro arcebispo da Arquidiocese ribeirão-pretana, iniciou a formação das chamadas Comunidades de Base³⁵ na cidade. Suas palestras refletiam sobre a Doutrina Social Cristã e sobre problemas como: salários, moradia, escola, assistência médica, custo de vida e de alimentos. Incentivava os trabalhadores a lutarem pelo salário mínimo e pelo contrato escrito, além de defender a reforma agrária.

O PCB de Ribeirão Preto também desenvolvia na zona rural da região um trabalho correlato, mas, por terem ideologias diferentes, a Frente Agrária e o partido nunca se uniram. Irineu de Moraes, o Índio, era quem se responsabilizava pela organização do trabalho rural dentro do PCB. Seus temas diziam respeito ao direito do trabalhador em receber o salário mínimo, à questão do latifúndio improdutivo, à exploração da mão de obra, entre outros.³⁶

Segundo Vanderley, Irineu de Moraes foi um grande professor:

“... um camponês, mas um camponês intelectualizado, profissional do partido (...). Sujeito fantástico, ele realmente me abriu o mundo da militância. (...) A primeira prática que eu tive foi exatamente no campo, com o Irineu de Moraes. E Irineu me mostrou este mundo, que ele era um ativista e eu rodava nas noites com ele, e comecei a ter este contato direto com personagens que para mim eram de livros de literatura, e de repente eu estava lá caminhando dentro da fazenda, clandestinamente, à noite, para entrar na fazenda para ajudar a organizar os primeiros sindicatos”.³⁷

³⁴ Idem, *Ibidem*, p.31.

³⁵ Entre os anos de 1962-1965 o Concílio Vaticano II promoveu uma modificação na relação da Igreja com a sociedade civil através da formação das Comunidades Eclesiais de Base. Estas, diretamente vinculadas às paróquias, tenderam a se expandir em áreas sociais marcadas pela pobreza. Tal renovação repercutiu ativamente na América Latina.

³⁶ Todas estas informações sobre a organização dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto no início da década de 1960 foram retiradas de: PINHEIRO, A. P. A. & TOMICOLI, A. R. B. *Op. cit.*, 1999.

³⁷ Entrevista I – Vanderley Caixe.

A polícia sempre aparecia nas reuniões da Frente Agrária e também do PCB, mas foi após o 1º de abril de 1964 que prisões foram decretadas, entre elas a do padre Celso Ibson de Sylos e dos demais integrantes da Frente Agrária: Gilberto Bellini, Divo Marino, Said Hallak, Luís Carlos Longo, Luís Carlos Raya, Geraldo Castilho Freire e Clarimundo Alves de Souza Filho. Por isso, após o Golpe Militar, a organização de lutas rurais na região de Ribeirão Preto perdeu força.

Alguns anos depois, em 1967, ter acesso ao campo e a quem nele trabalhava tornou-se uma das questões centrais para a FALN. Segundo Vanderley Caixe:

“... a luta armada, o caminho dela, era o campo, era ali que ela ia seguir o caminho dela (...) então o camponês era o homem que conhecia o terreno. Ele não só conhecia geograficamente o terreno, mas sociologicamente ou socialmente o terreno. O contato com o camponês, ele se dá muito mais efetivamente do que um moço da cidade que vai lá no campo fazer proselitismo. A identificação da reivindicação é muito maior. Então, esta foi a nossa preocupação com o campo. E também porque nós tínhamos na nossa direção quadros genuinamente de origem do campo, que era o Mário Bugliani e outros”.³⁸

Francisco Julião, por exemplo, líder das Ligas Camponesas, defendia a importância de uma luta essencialmente rural porque, segundo ele, os trabalhadores do campo possuíam um caráter intrinsecamente político e revolucionário de ação, já que questionavam a estrutura fundiária do país, reivindicando a reforma agrária.³⁹

Assim, ao se defender que o triunfo da revolução socialista se concretizaria através da guerrilha rural, tornava-se fundamental que as organizações fossem compostas por trabalhadores rurais. A FALN, guardadas as proporções, foi o grupo que contou com o maior número de trabalhadores rurais entre seus quadros (22% do total dos membros).⁴⁰

³⁸ Entrevista I – Vanderley Caixe.

³⁹ BOTOSSO, M. *A guerrilha rural no Brasil pós 1964*, p. 32.

⁴⁰ RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 223. Apesar de Ridenti ter trabalhado acertadamente com a média de que 22% dos integrantes da FALN eram lavradores, ele erra na soma dos números absolutos, já que, pesquisando diretamente no Processo 65, verifica-se que foram 11 os lavradores processados entre o total de 49, e não 9 como o colocado pelo autor. Mas isto em nada altera o fato da FALN ter sido a organização que mais contou com lavradores em seus quadros.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO
RUA BRIGADEIRO TOBIAS N.º 527

S. C. - S.A.C. - S.S.P. - Mod. 29
S.O.P.S.
Ribeirão Preto - SP
30/11

PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA: 19 / 10 / 69

REG. GERAL N.º

DELEGACIA Seccional de Polícia de Ribeirão Preto.

Estes dados devem ser obrigatoriamente preenchidos, acompanhados de cinco (5) impressões dactiloscópicas.

Nome: Nelson Agenor Tonetto Sexo: masculino
 Nome Guerra - TADEU Data do nasc. 14 / 3 / 1939
 Pai: José Toneto (mãe) Angelina Sartori Toneto
 Raça: branca Cabelos: cast. Olhos: cast.
 Barbeatas: cast. Barba: raspada Bigode: raspado
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: não.
 Profissão: lavrador Estado civil: solteiro Nacionalidade: brasileira
 Local onde nasceu: Ribeirão Preto Instrução: primaria
 Endereço (declarado): Rua José Alencar n. 1856-Rib.Preto.
 Lei da prisão: Lei de Segurança Nacional Data: / / Hora:
 Local: Ribeirão Preto



da sentença

— condenações —
 — "modus operandi"
 essenciais etc. —



Assinatura do identificando,

Nelson Agenor Tonetto

Assinatura da Autoridade,

[Signature]

Ficha de identificação de Nelson Agenor Tonetto feita durante a fase do Inquérito Policial do processo 198/69. Nelson Tonetto foi um dos 11 lavradores processados por envolvimento com a FALN.

Porém, de uma maneira geral, a penetração dos grupos armados no campo não se efetivou; nem houve uma adesão significativa de trabalhadores rurais nas organizações.⁴¹ Além disso, muitas vezes a preocupação com a implantação de um núcleo rural superava aquela de organizar e doutrinar teoricamente os estes trabalhadores.

Embora a FALN também tenha tido estes problemas, buscava alternativas para superá-los. Áurea Moretti, por exemplo, conta:

"... a gente trabalhava entrando nas usinas de cana-de-açúcar, que tinha jagunço armado nas porteiras para não deixar ninguém de fora entrar, porque já tinha história das greves do Mário Bugliani, do Irineu de Moraes, entendeu?! Então, a gente entrava como parente de alguém (...) Eu era a sobrinha de uma pessoa que morava [lá] que era nosso contato. (...) Então a gente entrava, conversava e à noite o pessoal falava: 'Ah! Então nós vamos lá conhecer a sobrinha da D. Sofia, tem o sobrinho dela também' [outro integrante da FALN – Luiz Gonzaga da Silva], era a reunião. E o pessoal vinha para a reunião".⁴²

Mas era difícil conseguir concretizar esta relação entre o campo e a cidade. Vanderley Caixe, que já tinha uma certa experiência com o trabalhador rural e o campo graças a Irineu de Moraes, recorda-se:

"Eu tive muita dificuldade quando o Mário me passou um grupo de camponeses. Porque ele estava querendo formar um grupo de camponeses de assessoria minha, direta. Eu tive muita dificuldade, principalmente as reuniões que eu marcava aqui na cidade (...) com o Mário [Bugliani] eles tinham mais desenvoltura".⁴³

Mário Bugliani foi, sem dúvida, o grande intermediário entre os trabalhadores rurais e a FALN. Áurea Moretti o descreve como um *"... homem simples da roça, uma risada gostosa, era um cortador de cana. Franco, direto, rude, tinha uma clara consciência política e dedicou toda sua vida à luta pelo socialismo"*.⁴⁴

Para Caixe, Mário Bugliani era:

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p.227.

⁴² Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

⁴³ Entrevista 1 – Vanderley Caixe.

⁴⁴ PIRES, Áurea Moretti. "O cortador de cana – Nosso companheiro Mário Bugliani". In: *Revista Vamos*, Dezembro de 1989. Mário Bugliani havia morrido há poucos meses quando Áurea Moretti escreveu este texto.

“... um cara fantástico, um camponês com uma preocupação de estudar coisas, mas ativista também. E logo depois do rompimento [de Caixe com o PCB] foi uma das primeiras pessoas que eu fui procurar, foi exatamente o Mário e, no começo das discussões ele já entrou na tese [de revolução armada] achando que era por aí mesmo”.⁴⁵

Foi através de Mário Bugliani que muitos outros trabalhadores rurais passaram a integrar o grupo. Tanto é que, segundo o Processo 65, apenas um dentre dez lavradores processados diz ter tomado conhecimento do grupo através de Vanderley Caixe⁴⁶, para todos os outros Bugliani aparece como arregimentador.⁴⁷

Em seus depoimentos os lavradores deixam claro que tinham consciência da finalidade da organização, ou seja, a deposição do governo através da luta armada. No depoimento de Hélio Freitas, por exemplo, consta:

“... que o assunto versava sempre sobre a derrubada do governo para a implantação de um regime de maior igualdade e distribuição proporcional de riqueza; derrubada esta que só podia ser conseguida mediante uma utilização de guerra de guerrilhas. (...) que esclareceu [Mário Bugliani] mais ao interrogado que deveriam pegar em armas e enfrentar a polícia, no sentido de derrubar o governo”.⁴⁸

Porém, ainda que unanimemente demonstrassem conhecer os meios e os fins da luta, o que aparentavam é estar pouco preparados. Nenhum deles, por exemplo, teve que permanecer no acampamento rural cumprindo tarefas. A eles, as incumbências dadas foram pichações e a responsabilidade por explosões à bomba, sendo que alguns se sentiram amedrontados para a realização da tarefa, o que os impediu de fazer. No depoimento de João Estevan Martins consta:

“... que a finalidade do grupo de Vanderley, do qual o interrogado passou a participar (...) era de depor o regime através da ação armada. (...) que posteriormente foi visitado por Mário Bugliani que levou-lhe uma bomba e mandou o interrogado soltar a bomba, o que o interrogado ficou com medo e não cumpriu a tarefa”.⁴⁹

⁴⁵ Entrevista I – Vanderley Caixe.

⁴⁶ Fundo BNM, Processo 65, depoimento de Nelson Agenor Toneto, p. 25.

⁴⁷ Além de Mário Bugliani, os demais lavradores processados por participação na FALN foram: Aristóteles F. Fagundes, Francisco Alves Reis Pinto, Geraldo Nascimento, Hélio G. Freitas, João E. Martins, Maginho A. Pinto, Nelson Agenor Toneto, Virgílio Massoneto, Francisco M. Ponce e Agostinho M. Batista.

⁴⁸ Fundo BNM, Processo 65, depoimento de Hélio Freitas, p. 107.

⁴⁹ Fundo BNM, Processo 65, depoimento de João Estevan Martins, p. 247.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO
RUA BRIGADEIRO TOBIAS N.º 527

PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA: 18 / 10 / 69

REG. GERAL N.º 2.874.605

DELEGACIA Especial de Polícia Ribeirão Preto

Atenção: Estes dados devem ser obrigatoriamente preenchidos, acompanhados de cinco (5) individualidades dactiloscópicas.

Nome: Mário Bugliani Sexo: MASC.
 Nome: nome guerra: JOÃO Data de nasc: 20 / 10 / 1939
 Filiação (pai): Armando Bugliani (mãe): Nicolina Catá
 Etnia: branca Cabelos: cast. Olhos: cast.
 Sobrancelhas: cast. Barba: raspada Bigode: raspado
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: nao
 Profissão: lavrador Estado civil: solteiro Nacionalidade: brasileira
 Lugar onde nasceu: Orlandia-sp Instrução: primária
 Residência (declarada): Rua Aparecida 10 - V. Industrial - Bertãozinho
 Motivo da prisão: Lei Segurança Nacional Data: / /
 Local: Ribeirão Preto
 Hora:
 da sentença:



5 - condenações -
 - "modus operandi"
 - outros etc. -

DACTILOSCÓPIAS DA MÃO DIREITA



Assinatura do identificando,

Assinatura da Autoridade,

Através de depoimentos como este é possível questionar o grau de consciência que esses trabalhadores tinham sobre a real dimensão da luta e seus possíveis desdobramentos.

Segundo Mário Bugliani, o processo de doutrinação dos trabalhadores rurais:

“... não só era difícil, como as condições financeiras da FALN eram péssimas, não fazíamos assaltos a bancos como outros grupos. Para conquistar os camponeses era preciso viver com eles, trabalhar junto”.⁵⁰

Porém, apesar de toda a dificuldade, a FALN foi enquadrada nas estatísticas de Ridenti como uma organização tipicamente rural. Segundo o autor:

“Para efeito estatístico preferimos não computar várias organizações como de guerrilhas urbanas, por poder haver certo questionamento quanto ao fato delas terem sido efetivamente grupos guerrilheiros atuantes nas cidades. Foi o caso da AP, CORRENTE, DI-DF, DVP, FALN, Grupo de 11, MR-21, MRM, PCR, PC do B e POLOP. (...) [A FALN] apesar de ter sede na cidade, procurava concentrar suas ações armadas na área rural”.⁵¹ (grifo meu)

As ações na área rural, ressaltadas por Ridenti, dizem respeito ao acampamento instalado na Fazenda Boa Vista, em 1969, que visava ser o cativeiro do usineiro João Marquezzi. Antes deste, um outro aparelho havia sido instalado em uma área próxima a esta fazenda, mas o local apresentou problemas e precisou ser transferido.

Segundo consta no Processo 65, *“Em 1969 foram instalados os campos de treinamento dos comandos do EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL que foram entregues a Mário Bugliani, com o título de capitão”*.⁵²

Segundo Áurea, além da Fazenda Boa Vista, a FALN também fazia treinamento de tiros na chácara de Néelson Toneto.⁵³ Mas nada passou disto. Tudo era ainda bastante experimental. Alguns trechos do Diário de Djalma Quirino nos dão tal dimensão:

“(...) por pouco não fui preso em flagrante (...) roubamos a rede da casa do Zé Maria”. (02/10/1969)

⁵⁰ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 177.

⁵¹ RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 57.

⁵² Fundo BNM, Processo 65, p. 914.

⁵³ Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

"... estamos fazendo um buraco para enterrar um burguês capitalista que vamos raptar". (08/10/1969)

"Fomos buscar água e começou a chover. Ficamos três horas para acender o fogo, por fim saiu um arroz. Sete horas da noite, acabamos de jantar o arroz". (06/10/1969)⁵⁴

Porém, as guerrilhas rurais postas em práticas por outros grupos também foram frustrantes para os guerrilheiros que se empenharam dela. A única exceção cabe à guerrilha Araguaia, posta em prática pelo PC do B em 1972, cuja boa estruturação precisou de três campanhas do Exército para ser totalmente destruída.⁵⁵

A organização MNR (Movimento Nacional Revolucionário), por exemplo, reuniu um grupo de homens na serra de Caparaó, linha limítrofe entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, nos anos de 1966/1967 sendo descoberto e reprimido antes que a intenção de deflagração da guerrilha tivesse sido iniciada⁵⁶. A VPR instalou um campo de treinamento na região do vale do Ribeira. A escola do Ribeira, como ficou sendo conhecida, tinha na verdade a função de formar guerrilheiros que posteriormente seriam enviados às áreas onde a guerrilha rural fosse propícia, objetivo que também não pode ser concretizado.⁵⁷

A bela história do camponês Zezé, que merece ser aqui contada, também serve como exemplo de que muitas foram as tentativas de guerrilha rural frustradas. Segue trecho escrito por Flávio Tavares, companheiro de organização de Zezé:

"Com mulher, três filhos pequenos e 30 anos de idade, Zezé embrenhou-se pelas mesetas do norte goiano para construir, por lá, um campo de pouso que pudesse receber um avião DC-3 vindo da Guiana carregado de armas (...) Brizola informou

⁵⁴ Fundo BNM, Anexos nº 4443.

⁵⁵ Segundo Ridenti, a guerrilha do Araguaia foi a única experiência de guerrilha rural que merece tal classificação.

⁵⁶ Flávio Tavares, integrante do MNR (Movimento Nacional Revolucionário), recebia financiamento de Brizola (então exilado em Montevideu) para custear a guerrilha rural que se tentava implantar no Planalto Central. No inverno de 1967 Tavares descobre que não havia mais verbas e sente muita dificuldade em admitir aos militantes, que já estavam há dias na mata "comendo macaquinhos e bebendo água de cipó", que não existiam mais meios de se continuar. TAVARES, F. *Op. cit.*, p. 204

⁵⁷ BOTOSSO, M. *A guerrilha rural no Brasil pós 1964*. 2001.

do tamanho da pista: no mínimo 600 metros. Na cidade livre, junto a Brasília, o camponês Zezé arrebanhou um saco de sal e as ferramentas (...) e viajou contente com a família para 'em seis meses, no máximo, ter a pista pronta'. 'Faço 100 metros por mês', prometeu na rudeza simples de quem não costuma exagerar. Sete meses depois, Zezé mandou recado. Além das roças de milho e aipim tinha construído 'uns 500 metros para o avião', tudo terra firme. Mais do que isto não dava porque o terreno era pedra pura (...) Nunca consegui que me informassem alguma coisa sobre o avião com as armas, até que Jagan perdeu o governo das Guianas e Zezé ficou no Planalto Central, perdido entre o milharal e aquela lida em vão, de terra aplanada para nada".⁵⁸

Esses exemplos, embora simples, nos mostram como era difícil para os grupos a organização de focos de guerrilha rural mesmo sendo este um objetivo tão desejado pela esquerda armada.

3- Análise dos informativos das Forças Armadas de Libertação Nacional

"E este jornal não se propõe a gritar, nem mesmo a implorar, mas a berrar até que sejam ouvidos pelos surdos e mesmo aos que fazem ouvidos de moucos à injustiça da miséria, da traição e da covardia".

(Jornal "O Berro" – outubro de 1966)

A imprensa, principalmente a escrita, foi um dos órgãos que mais sofreu com a censura imposta à sociedade brasileira durante o regime militar.

Sobretudo após a instauração do AI-5, tornou-se prática corriqueira a presença de censores na redação dos jornais que proibiam a publicação de certas notícias, substituídas, muitas vezes, por receitas de bolo ou por trechos de *Os Lusíadas*, em sinal de protesto. Os jornalistas considerados subversivos eram demitidos e vários jornais foram fechados. O *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, por exemplo, o único dentre os grandes jornais brasileiros a voltar-se contra o novo regime logo após sua instauração, deixou de circular em junho de 1974. Os que conseguiram sobreviver, como o *Jornal do Brasil*, também

⁵⁸ TAVARES, F. *Op. cit.*, p. 190/191.

carioca, submeteram-se a acatar todos os telefonemas e bilhetinhos recebidos pelos órgãos de repressão.

Além disso, a imprensa passou por um processo de transformação na década de 1960: houve uma modernização de técnicas e o surgimento de emissoras como a Rede Globo (1965), por exemplo, afetando o exercício do jornalismo no país, que se tornava cada vez mais tendencioso.⁵⁹

*“A crescente industrialização do jornalismo, exigindo grandes investimentos, condicionava a conduta e os cálculos dos senhores da mídia, seja diante dos governos (...) seja diante das redações. [Isto refletia] nas relações dos jornalistas com as fontes oficiais (principalmente nas áreas política, militar e econômica); ajudava a estabelecer a hierarquia dos fatos e a acolhida dada aos diferentes personagens que seriam notícias nas publicações e emissoras, o tom e a forma de tratamento das matérias. Em conjunto e cada qual a seu modo, estes fatores tendiam a desestimular o jornalismo voltado para a denúncia desabrida do regime ditatorial, induzindo soluções de compromisso”.*⁶⁰

Outros órgãos de imprensa também sofreram pressões: a revista *Realidade* não conseguiu sobreviver muito tempo depois do AI-5, o semanário *Opinião*, produzido sob censura prévia desde seu oitavo número, deixou de ser publicado em 1977, e o *Movimento* teve 3.093 de suas matérias proibidas na íntegra, isto só para se ter alguns exemplos.

Desta forma, era principalmente através da imprensa clandestina que se vislumbrava uma possibilidade maior de exprimir oposição ao governo. A discussão sobre política econômica do país ou sobre a resistência armada, assuntos terminantemente proibidos nos grandes órgãos da imprensa, podiam ser trazidos pelos boletins clandestinos, principalmente aqueles de circulação pequena e sem frequência fixa, como foram os periódicos: *O Berro*, *Informação Extra*, *Você deve Saber* e *Prática Revolucionária*, elaborados pela FALN.

Estes exemplares eram, por vezes, vendidos (para que fosse possível a arrecadação de fundos para a revolução) e, em outras, distribuídos gratuitamente para pessoas influentes na sociedade como: padres progressistas, professores

⁵⁹ ALMEIDA, Maria H. T. & WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime” In: *História da vida privada no Brasil*. Volume 04. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 350/351.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 350.

universitários e sindicalistas ou nas portas das fábricas (cervejaria Antártica e tecelagem Matarazzo, por exemplo), como o ressaltado por Botosso.⁶¹

No processo 65 do Fundo *Brasil Nunca Mais* há apenas um exemplar de *O Berro* e nenhum número dos demais boletins do grupo. Através de Áurea Moretti tive acesso a alguns poucos exemplares dos quatro periódicos. Áurea conseguiu estes números no Arquivo Histórico Municipal de Franca, que há alguns anos recebeu a doação do processo referente à FALN.

Para analisá-los trabalhei com o que havia conseguido: seis exemplares de *O Berro*, três de *Você Deve Saber*, três números de *Prática Revolucionária* e quatro de *Informação Extra*. Os boletins, contudo, não trazem a data de publicação.

Nenhum deles tinha uma periodicidade regular de publicação. De acordo com Vanderley Caixe, *O Berro* e *Você deve Saber* eram os mais freqüentemente distribuídos, tendo um intervalo de aproximadamente dois meses entre uma e outra edição. Os outros dois foram menos editados, não chegando a existir 10 exemplares cada um. Todos, com exceção de *O Berro*, surgiram depois da formação da FALN, em 1967.

O Berro foi o único que chegou a ser impresso, mas quando as gráficas não quiseram mais realizar esta função ele passou a ser mimeografado pelos membros do grupo, assim como ocorreu com os demais boletins. Tendo o tamanho de uma folha de sulfite, não passavam de cinco páginas.

Ainda que a pouca quantidade de exemplares possa dificultar uma análise mais bem elaborada dos boletins, julgo interessante fazê-la porque através destes exemplares pode-se conhecer melhor a FALN.

3.1: “O Berro”

O jornal *O Berro*, surgido em 1966, era, inicialmente, um órgão informativo vinculado à Faculdade de Direito Laudo de Camargo (Ribeirão Preto), e se definia como: “*Órgão independente e de vanguarda dos acadêmicos de Direito de Ribeirão Preto*”. Embora expressasse um caráter contestador em relação ao regime, seu conteúdo era basicamente voltado ao interesse de estudantes.

⁶¹ BOTOSSO, M. *A guerrilha ribeirão-pretana*, p. 55.

Um ano depois, em 1967, o jornal é desvinculado da faculdade e apropriado pela FALN, que passará a expressar suas manifestações contrárias à Ditadura, mesmo que em nenhum dos exemplares seja mencionado o nome da organização. De acordo com Botosso:

*“Os primeiros gritos de protesto dos militantes da FALN certamente foram impressos no jornal estudantil O Berro. Esse veículo teria um papel vital no surgimento, estruturação e atuação da organização clandestina”.*⁶²

O *Berro* teve algumas de suas características modificadas quando deixou de ter vínculos com a faculdade e tornou-se um boletim da FALN. Se, no início, seus assuntos eram voltados basicamente para jovens estudantes, depois de 1967 ele busca influenciar diferentes setores da sociedade, fazendo com que seus textos retratem aquilo que é interessante a cada estes diferentes grupos.

O primeiro exemplar de *O Berro*,⁶³ período em que este ainda era ligado à faculdade, traz, na primeira página, uma reportagem de agradecimento aos estudantes que corajosamente haviam participado de uma das passeatas ocorridas na cidade de Ribeirão Preto (sua data não é precisa), destacando ainda a participação do professor Dr. Miguel Gonçalves que compareceu à Assembléia Geral dos Universitários. E, também na primeira página, há fotos de estudantes na passeata, assim como soldados com cassetetes na mão.

Outra reportagem, intitulada: “*O Direito (que aprendemos na Faculdade) e o Governo Atual*”, também é direcionada a estudantes. Em todo o seu texto faz-se uma comparação entre os direitos que eram assegurados pela Constituição e a forma como os militares estavam desrespeitando esses direitos.

“1.º) Ninguém poderá ser punido sem prévio julgamento. É um direito que se refere, sobretudo aos interesses individuais, é um “direito de defesa”.

Governo Atual: Pune indiscriminadamente desrespeitando o direito e agindo através de atos institucionais, cassando mandatos, direitos e garantias.

(...)

5.º) As ciências, as letras e as artes são livres. O amparo à Cultura é dever do Estado.

Governo Atual: Fecha escolas, prende e expulsa professores, obriga ao asilo cientistas, queima livros, proíbe o debate, bibliotecas e laboratórios são violados e destruídos. Sujeita a pesquisa aos padrões técnicos “importados” e arcaicos”.

⁶² Idem, *Ibidem*, p. 50.

⁶³ *O Berro*, Ano I, nº I, outubro de 1966. Arquivo particular de Vanderley Caixe.

Há ainda a reportagem sobre “A evolução da mulher – Uma realidade que se impõe”, que ressalta a possibilidade garantida à mulher da época de ler Jorge Amado, usar minissaia, fumar ou viajar sozinha. No lar “... ela já não é considerada apêndice dos homens”. Porém, o texto é concluído com uma questão: “Mas pergunto eu [escreve a autora Janete Rassi], a mulher somente ganha com esta evolução ou está ela perdendo também alguma coisa?”.

O texto do jornal estudantil intitulado “A palavra maculada” é o que mais se assemelha ao teor das reportagens que farão parte de *O Berro* da FALN. Neste texto ressalta-se o desrespeito aos direitos inerentes aos homens, e evidencia-se o abuso de poder do qual lançam mão os militares, porém, continua havendo certo destaque à situação específica dos estudantes:

“Os últimos acontecimentos registrados no país dão mostra cabal que tentam cercar ao máximo a liberdade da classe estudantil, que futuramente deverá contribuir para o engrandecimento de sua terra”.

Esta última reportagem e um poema de título “Enquanto” são os únicos textos do jornal que trazem um tema que será muito freqüente nas edições de *O Berro* a partir de 1967, e que diz respeito à necessidade de ação. Uma das estrofes do poema diz:

*“Enquanto você repousa
Achando tudo tão belo
Tenho pena de ti, meu amigo
Não passas de um cogumelo”.*

Em 1967, contudo, seu slogan passa a ser: “*O Berro é a arma do povo!*”⁶⁴ (grifo meu), o que evidencia a perda de seu caráter estritamente estudantil. Em vários de seus números há impresso: “*Pegue este jornal e saia por aí, tem muita gente pra ler e lutar*”.⁶⁵

Áurea Moretti explica que:

*“... o povo chamava revólver velho de berro, revólver era berro, então já era o berro [o grito], já era o berro que era a arma do povo”.*⁶⁶

⁶⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 65/457/477/479/513.

⁶⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

⁶⁶ Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

Nesta nova fase de *O Berro*, seus redatores deixam claro, em uma das edições, que o jornal tem por objetivo fazer uma *campanha de esclarecimento*⁶⁷, por isso eles sempre dão ênfase aos problemas sociais, aos abusos do capitalismo, do imperialismo e da Ditadura. Segue agora, alguns dos trechos que ressaltam estas questões.

"Há liberdade no Brasil? O povo pode manifestar-se livremente e lutar contra o governo ou sempre a polícia intervém espancando e prendendo quem protesta?".⁶⁸

"Quem manda e dirige os destinos da nação: o povo e o Congresso Nacional ou o marechal Costa e Silva e os militares a serviço das empresas estrangeiras?".⁶⁹

"O governo norte-americano, formado por exploradores do povo e assassinos de negros, foi quem financiou o golpe militar que transformou o governo brasileiro numa ditadura".⁷⁰

"... porque o tratamento que a lei dá ao rico não é o mesmo que dá ao pobre. Há desigualdade. Há discriminação. Há privilégio. Por que somente a minoria detém as terras, as melhores e as mais extensas, enquanto a grande maioria (sic) clama por elas, ou pelo direito de viver nelas, não como servos, mas como homens livres?".⁷¹

"Por que a fábrica tem que ser de um só homem ou de um dono, quando o seu conjunto é fruto do trabalho, da sociedade, dos que lhe deram forma e lhe dão vida?".⁷²

"Em regiões rurais é comum a nudez completa de meninos entre doze e quinze anos, infectados de verminose e [ilegível] pela fome maligna".⁷³

*"Por que a ancilostomose castiga 23 milhões de brasileiros e o bócio endêmico 18,5 milhões e a esquistossomose de 3,5 a 4 milhões? Por que a Chagas castiga mais de um milhão de brasileiros? (...) Por que no nordeste 50% da população morre antes dos trinta anos? Por que vem aumentando no país a taxa de mortalidade entre crianças de 1 a 4 anos?"*⁷⁴

De acordo com o jornal, este quadro sócio-econômico é o resultado do descaso das classes dominantes diante das necessidades básicas do povo já que todos estes problemas poderiam ser solucionados com um governo que pri-

⁶⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

⁶⁸ STM. Inquérito Policial Militar, Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

⁶⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 458.

⁷⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 459.

⁷¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 478.

⁷² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 478.

⁷³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 482.

⁷⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 489.

O BERRRO

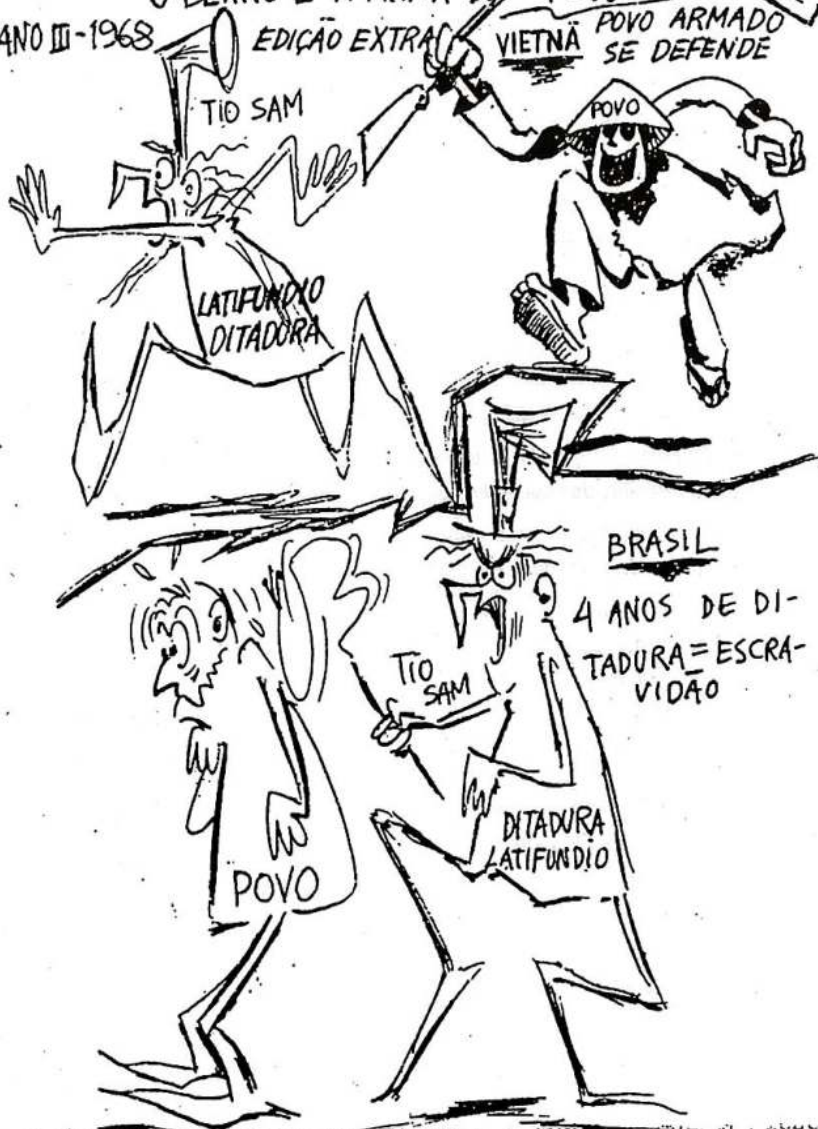
"O BERRRO É A ARMA DO POVO"

ANO III-1968

EDIÇÃO EXTRA

VIETNÃ POVO ARMADO SE DEFENDE

DAMIANOS
Rua de Lício
457-SP
Ribeirão



Capa de um dos exemplares do jornal O Berrro, de 1968.

masse pela justiça ao invés do autoritarismo extremo. Esta realidade retrata um quadro de guerra civil, que é oculta, silenciosa e, por isso, exige ação, luta, contra ataque, escrevem.

A partir daí, enfatizam a necessidade da ação e, conseqüentemente justificam a opção do grupo pela luta, tentando, também, convencer as pessoas que lêem o jornal que este é o caminho que deve ser seguido. Há frases do tipo: “Se o povo está com fome, se estamos numa Ditadura, é preciso que se lute”.⁷⁵ Ou ainda trechos como:

*“A morte é uma só, sendo tão iniqua quando provocada por metralhadoras ou por esta arma fria e silenciosa que é a miséria. E ninguém se emociona, e não se ouve uma palavra de revolta contra esta cruel e sistemática destruição de nosso patrimônio humano”.*⁷⁶

*“Contra esta cena bíblica de imolação dos inocentes quem protesta, quem clama, quem se revolta com este sangue que se derrama das crianças que morrem e das mães que geram filhos que vão morrer?”.*⁷⁷

À necessidade de agir soma-se a ênfase pela luta armada. Aqui, mais uma vez, o argumento pode ser entendido como uma justificativa pela opção do grupo em pegar em armas para protestar. Um dos exemplares tem como tema a morte do estudante Edson Luís, e ao final da reportagem, segue em letras grandes:

“CHEGA:

É momento de se aplicar a LEGÍTIMA DEFESA:

PAU CONTRA PAU – PEDRA CONTRA PEDRA”.

⁷⁸

Ou trechos como os que seguem abaixo:

*“Um povo que é explorado e esmagado por um governo traidor, que utiliza exército e polícia para manter a dominação, deve lutar armado ou esperar que o governo ‘caia de maduro’? Um povo que não luta pode ser livre? Pacificamente pode-se atingir a liberdade quando se vive a Ditadura? Quem deve começar a luta: os políticos corruptos ou o povo patriota? Patriotismo ou traição?”.*⁷⁹ (grifo meu)

⁷⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de O Berro, p. 459.

⁷⁶ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/60. Exemplar de O Berro, p. 481.

⁷⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de O Berro, p. 481.

⁷⁸ Fundo BNM, Anexo 2249. Exemplar de O Berro.

⁷⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de O Berro, p. 458.

“SOMENTE UM POVO COM ARMAS NA MÃO PODE VENCER”.⁸⁰

Porém, como o ataque armado ao regime era classificado de subversão ou terrorismo, os redatores do jornal se encarregavam de desmitificar tais conceitos. Diz um dos exemplares:

*“Defendemos outra ordem. De-se-lhe (sic) o nome que se quiser dar: Democracia Cristã Socialista ou Popular, contanto que ela realize o governo para todos e não para alguns. Se ser subversivo é isso, eu sou. Seria uma capitulação se o negasse, uma omissão se não o afirmasse. Capitulação e omissão diante do povo e da Pátria”.*⁸¹

Em outro número dizem: “Seria subversão combater até a morte para expulsar os invasores e derrubar a Ditadura?”⁸²

O exemplar totalmente dedicado ao Vietnã⁸³ foi mais um fator de incentivo à opção pela luta armada, contrária aos governos autoritários respaldados pelos EUA. O objetivo de trabalhar com o Vietnã parece ter sido o de mostrar que um exército popular, ainda que tenha menos estrutura que o exército oficial armado, pode vencê-lo. A edição reproduz trechos do livro *Guerrilha vista de dentro*, de Wilfred G. Burchet, em que um vietnamita exhibe uma carabina americana que chama de ‘carabina mãe’ por ter sido a primeira arma de fogo de sua aldeia, conseguida através da vitória em uma batalha em Tua-Hai, província de Tay-Nih, no começo da década de 1960.

Nesta edição especial sobre o Vietnã, *O Berro* sublinha:

“Quais são as formas de luta de um povo que sofre a opressão de uma ditadura e a invasão militar dos norte-americanos (...)?

Teria este povo direito de responder à violência dos norte-americanos e da ditadura com a violência do povo com as armas na mão lutando pela liberdade?

A resposta nos dá o heróico povo do Vietnã, em sua luta contra a ditadura, a miséria, o aumento da fome, da violência dos norte-americanos invasores.

*Uma luta sem trégua, sem trégua contra ditadura, pela libertação do povo”.*⁸⁴

⁸⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

⁸¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 479.

⁸² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

⁸³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513-516.

⁸⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *O Berro*, p. 513.

5

Delegacia Secc
S.O.P.
Ribeirão Preto

GRANDE CIRC
5/3
1968

O BERRO

O BERRO É A ARMA DO POVO

EDIÇÃO
EXTRA
1968



Secção Seccional de
S.O.P.S.
do Prágio - SP

Capa de um dos exemplares do Jornal O Berro, também de 1968.

Através de *O Berro*, a FALN explicava a causa e a forma de sua luta e tentava despertar nos trabalhadores rurais, operários, padres, estudantes, comerciantes, entre outros, a necessidade de decisões correlatas.

Segundo Ferraz, contudo, *O Berro* não conseguiu mobilizar a população como queriam seus redatores. Diz ele:

*“O povo não tinha preparo suficiente, como não tem até hoje, para decifrar o que O Berro dizia, a não ser quando trazia um artigo em linguagem mais acessível, mais direta. Mas, na maioria dos exemplares, tinha uma linguagem hermética, acessível a eles mesmos, os militantes e, mesmo assim, a nem todos”.*⁸⁵

Ao contrário de Ferraz, vejo *O Berro* como um importante veículo para que a FALN ajudasse a despertar nas mais diferentes pessoas um processo de reflexão sobre a situação do país que era tão importante para aquele momento.

3.2: “Informação Extra”

O periódico *Informação Extra*, da FALN, segundo Botosso: “era uma edição extraordinária que surgia em momentos de maior tensão do regime, assumindo posições que, inicialmente ‘O Berro’ não poderia assumir abertamente”.⁸⁶

Analisando seus exemplares percebe-se que o jornal divulgava feitos revolucionários ocorridos no Brasil e América Latina, além de mostrar todas as tentativas frustradas por parte dos órgãos repressivos em combater os grupos de esquerda do final da década de 1960.

De acordo com informações contidas em um dos números do boletim, este era:

*“... um órgão de informação, constituído de notícias recolhidas com precisão e com toda a veracidade que merece, para mostrar ao nosso povo que suas esperanças de se libertar da miséria, da venda de seu trabalho escravo, das doenças e da falta de assistência digna podem se realizar. (...) Informa o que os revolucionários brasileiros realizam e dá ao povo, com as notícias, a coragem suficiente para saber o que estamos vencendo dia-a-dia. (...) INFORMAÇÃO EXTRA publica o que os jornais burgueses não mostram ao povo, e dá a notícia que os jornais controlados pelos estrangeiros e censurados pelo governo não informa”.*⁸⁷

⁸⁵ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 33.

⁸⁶ BOTOSSO, M. *A guerrilha ribeirão-pretana*, p. 61.

⁸⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 485.

Através do *Informação Extra* a FALN defendia que só a luta revolucionária poria fim à opressão, à falta de liberdade e de igualdade. Assim, ao divulgar exemplos de êxitos conquistados pelos grupos revolucionários de todo o mundo, mostrava que a vitória era possível, transmitindo coragem e confiança a simpatizantes da causa. Acredito que os exemplos serviam até mesmo para que o próprio grupo ribeirão pretano fortalecesse sua confiança na vitória e sua coragem para a luta.

Embora o jornal *Informação Extra* realmente fosse um boletim alternativo, divulgador de notícias verídicas que não apareciam nos órgãos oficiais de imprensa, seu conteúdo dava a idéia de que o embate entre as forças repressivas e os grupos de esquerda era equilibrado, ou até mesmo favorável aos segundos (o que sabemos, não era real), já que compilava em um único número várias ações de êxito de muitos grupos de esquerda.

Nele divulgou-se, por exemplo, a fuga de Lamarca diante de 3.000 homens do Exército que cercavam toda a cidade de São Paulo⁸⁸; a organização de trabalhadores rurais no Ceará para, com armas na mão, combaterem seus exploradores⁸⁹; os protestos de toda a América Latina diante da visita de Néelson Rockefeller⁹⁰; o êxito do grupo revolucionário acampado nas redondezas de Angra dos Reis que, mesmo com a região cercada por tropas das forças armadas, não foi capturado⁹¹; ou ainda, a bem sucedida ação do grupo ALN que dominou a estação transmissora de Piraporinha proclamando, pela Rádio Nacional, os objetivos da luta revolucionária, as atrocidades ocorridas com os militantes de esquerda nos cárceres e dizendo que chegara o momento da guerrilha rural no país⁹².

Em outra edição o jornal publicava as “notícias dos revolucionários da América Latina”.⁹³ Nelas mostrava-se que os Tupamaros, no Uruguai, cortavam redes de televisão que transmitiam propagandas do governo em favor dos norteamericanos. As frentes guerrilheiras, na Colômbia, apreendiam um comboio

⁸⁸ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 486.

⁸⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 486.

⁹⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 489/490.

⁹¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 510.

⁹² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 510.

⁹³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 487.

militar que transportava grande quantidade de armamentos e munições. A Frente Edgar Ybarra, na Guatemala, furava cerco policial e conseguia expedir comunicado em várias rádios e jornais, dizendo que derrubaria o governo e instauraria um novo regime, livre, só com trabalhadores e patriotas.

A conclusão das notícias sempre vislumbrava a possibilidade da vitória. “Se os outros povos venceram, nós também venceremos”,⁹⁴ escreviam.

A iminência da implantação da guerrilha rural era outra questão defendida pelo jornal. Em um dos exemplares, divulgam a notícia do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos⁹⁵, realizada pelo grupo revolucionário MR-8, que exigia a liberdade de 15 presos políticos em troca do seqüestrado e a divulgação de um manifesto redigido pelo grupo. Neste manifesto, afirmava-se o avanço da guerra revolucionária e defendia-se o início da guerrilha rural. Após a reportagem os redatores do periódico escreveram:

*“Este ano serão iniciadas as fases da guerrilha rural, tendo a sua frente e como força a classe dos camponeses e trabalhadores rurais”.*⁹⁶

Desta forma, o *Informação Extra*, assim como *O Berro*, pretendia desfazer a imagem equivocada que era atribuída aos militantes de esquerda e aos seus objetivos, além de servir como incentivo e encorajamento a possíveis futuros integrantes.

3.3: “Você deve saber”

A principal função deste jornal era denunciar os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil, cuja maior vítima era o povo, ressaltando ainda que toda aquela situação era de responsabilidade dos militares brasileiros e dos norte-americanos, a quem os primeiros se submetiam.

Várias frases curtas, geralmente com três linhas, precedidas da afirmação *Você deve saber...*, davam o formato ao jornal. Seguem algumas delas:

“Você deve saber que este ano [não consta qual a data da publicação], até agora, foram mandados para os norte-americanos no Vietnã, 500 litros de sangue de

⁹⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 488.

⁹⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p.511.

⁹⁶ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Informação Extra*, p. 512.

brasileiros, enquanto em nossos hospitais falta sangue para atendimento da classe pobre no Brasil".⁹⁷

"Você sabia que mais da metade da população brasileira trabalha no campo, numa média de 12H a 14H por dia, e recebe no máximo NCR\$ 2,20 por dia?".⁹⁸

"Você deve saber que devido a concorrência com capitais norte americanos (favorecidos por nossos ditadores) o capital nacional está sendo esmagado. Deste modo nossas fábricas, comércios, etc. estão fechando suas portas e pondo na rua milhares e milhares de operários que vão morrer de fome, junto com os camponeses desempregados".⁹⁹

"Você deve saber que, por outro lado, os gastos em despesas com banquetes, whisky, champagne e comidas finas nas festas promovidas pelos governos militares, com generais e seus companheiros, são tão elevadas que daria para construir um hospital em cada cidade, duas escolas por dia e aumentar duas vezes o número de faculdades superiores, além de alimentar parte de nossa população".¹⁰⁰

"Você sabia que vários padres estão presos por lutarem contra os atuais exploradores que estão ocupando o poder?".¹⁰¹

Ao abordar diferentes situações e realidades, o jornal, além de tornar-se interessante, podia causar indignação em operários, trabalhadores rurais, comerciantes, estudantes, entre outros setores e cobrar o posicionamento de cada um deles.

"Todas as pessoas ocupam uma posição na disputa. Tanto o que se cala como aquele que se pronuncia diante dos fatos tomando lado na questão".¹⁰²

"Descubra qual é a sua posição!".¹⁰³

"Esta é a hora de definir-se!".¹⁰⁴

3.4: "Prática Revolucionária"

O boletim *Prática Revolucionária* enfatizava a imprescindibilidade da ação na luta contra os regimes ditatoriais e contra o imperialismo norte-americano.

⁹⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 446.

⁹⁸ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 467.

⁹⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 446.

¹⁰⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 446.

¹⁰¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 447.

¹⁰² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 448.

¹⁰³ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 448.

¹⁰⁴ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Você deve saber*, p. 447.

De acordo com os redatores do jornal a Prática Revolucionária "... é a experiência real e única verdade teórica".¹⁰⁵

Em seu conteúdo ensinavam o processo de fabricação de bombas ou traziam entrevistas realizadas com líderes revolucionários de toda América Latina, como Fábio Vasquez Castaño (do Exército da Libertação Nacional da Colômbia) ou o comandante Nicolas (chefe das Guerrilhas Urbanas das Forças Armadas Revolucionárias da Guatemala). As entrevistas se baseavam em questões sobre a importância das guerrilhas urbanas, a duração ideal da guerra revolucionária ou a relevância de movimentos como os de Cuba para a América Latina e o mundo. Nestas entrevistas sempre ressaltavam que o caminho correto da revolução era a luta armada. Diz Fábio Vasquez Castaño:

*"É preciso apresentar a luta como ela se vislumbra para o nosso povo: sangrenta e prolongada. Mas não podemos nos assustar com esta realidade, porque infinitamente mais sangrenta e prolongada será não termos capacidade para enfrentá-la com honestidade e se permanecermos na passividade, enquanto nossos povos morrem de fome e de miséria".*¹⁰⁶

Em um dos exemplares do jornal seus redatores explicam que o boletim *Prática Revolucionária* retrata:

*"... a experiência real de homens que viveram, e vivem, a luta revolucionária pela prática, a única que pode determinar acertos e erros na condução e no caminho para a liberdade".*¹⁰⁷

É a "prática da luta armada contra o exército do opressor"¹⁰⁸ que garante a unidade entre lutas desenvolvidas em diferentes lugares e com diferentes táticas, defendia o jornal, sendo que só a ação podia eliminar "a ilusão da pressa pequeno burguesa" no triunfo da revolução¹⁰⁹.

A análise do jornal *Prática Revolucionária* evidencia, assim, a defesa à necessidade de se iniciar o movimento armado imediatamente, muito embora isto acarretasse no fraco embasamento teórico dos militantes, como já discutido.

¹⁰⁵ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Prática Revolucionária*, p. 471.

¹⁰⁶ Fundo BNM, Anexo 4444. Exemplar de *Prática Revolucionária*.

¹⁰⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Prática Revolucionária*. (o número da página não está legível)

¹⁰⁸ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Prática Revolucionária*. (o número da página não está legível)

¹⁰⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. Exemplar de *Prática Revolucionária*. (o número da página não está legível)

3.5: Um balanço dos informativos

Exemplos da chamada imprensa clandestina, bastante comum na década de 1960, os jornais *O Berro*, *Informação Extra*, *Você deve saber* e *Prática Revolucionária* condizem com o que era defendido e praticado pela FALN. A evidência de um quadro de desigualdade sócio-político-econômica no país causava indignação aos membros da organização e, por isso, era importante que este quadro fosse retratado pelos jornais, para que outros se revoltassem e aderissem à luta armada, sempre incentivada pelos exemplos de êxito de atos revolucionários que ocorriam por todo o Brasil e o mundo.

É preciso ressaltar que exemplares como os acima discutidos chegavam às mãos de indivíduos de diferentes classes e situações sociais, dando-lhes a chance de iniciar um processo de reflexão e conscientização sobre a situação do país. Além disso, foram responsáveis pela organização de reuniões entre trabalhadores rurais, por exemplo, e muitos foram os quadros que tiveram acesso ao grupo devido ao jornal.

Assim, mais que angariar fundos e conseguir novos integrantes, os jornais possibilitaram a difusão das idéias e ideais da FALN e dos demais grupos de esquerda armados, além da difusão de suas justificativas em relação a sua forma de luta.

Capítulo IV

I- A postura da Igreja Católica ribeirão-pretana durante a década de 1960.¹

“A Igreja aqui em Ribeirão, desde o padre Celso [Ibson de Sylos], sempre tomou posição. (...) Ele era do [jornal] Diário de Notícias. O Diário de Notícias era da Igreja e tinha uma posição avançada, e a gente trabalhava com toda a Igreja da região, levando o jornal O Berro”.

(Áurea Moretti Pires - Ribeirão Preto, 15/06/2002)

Em 1969 foi elaborado um relatório secreto, de setecentas páginas, baseado em entrevistas feitas com o embaixador americano Charles Burke Elbrick, outras autoridades dos EUA que serviam no Brasil, assim como membros da elite brasileira, e enviado para Henry Kissinger, chefe do Conselho de Segurança Nacional do presidente norte-americano Richard Nixon (1968-1974). O relatório avaliava o panorama sócio-político do Brasil² e, entre outras análises, constava que:

“A Igreja representava a mais potente força moral do país e a única que poderia efetivamente desafiar - ou apoiar - o governo”.³

Por isso, era importante para o Estado brasileiro que a Igreja⁴ fosse sua aliada na luta pela “segurança nacional”, contra o “inimigo interno”. Mas, segundo Serbin, a militância cristã e o Estado da Segurança entraram em colisão quando os militares aprofundaram o controle sobre o país, principalmente a

¹ Neste sub-capítulo serão utilizados trechos dos jornais de Ribeirão Preto. Porém, como estes não foram retirados diretamente da fonte, mas de outros livros, algumas vezes torna-se difícil precisar a data e o jornal de onde tais reportagens são provenientes, sendo definido apenas quando possível.

² SERBIN, K. *Op. cit.*, p. 91/92.

³ *Idem, Ibidem*, p. 105.

⁴ Optei por utilizar, assim como fez o historiador Kenneth Serbin, o termo *Igreja* para me referir à Igreja católica especificamente.

partir de 1968, já que a Igreja, que acabara de passar por um processo de reforma, procurava dar ênfase à justiça social e assimilar os esforços de uma nova geração de radicais católicos.⁵

A criação da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, foi uma das inovações da Igreja, e a responsável pela fundação do progressismo católico brasileiro. Entre os anos de 1952 e 1964 a CNBB foi comandada por Dom Hélder Câmara e outros bispos do Nordeste, o que lhe garantiu o caráter progressista.

Foi o mesmo Dom Hélder Câmara quem ajudou a fundar o Conselho Episcopal Latino Americano (Celam), na primeira metade da década de 1950, cujo objetivo era renovar toda a Igreja latino-americana. Estas mudanças foram legitimadas com o Concílio Vaticano II (1962-1965), reunido em Roma, que reformulou, internacionalmente, as doutrinas e estruturas da instituição. Segundo Serbin:

*“O Vaticano II foi, sem dúvida, a mais ampla reforma da história da Igreja. (...) A ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos, o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida”.*⁶

Foi na conjuntura do Vaticano II que a Igreja, no Brasil, sofreu o golpe militar e, conseqüentemente, polarizou-se: de um lado, conservadores religiosos e sociais; de outro, lideranças da CNBB, padres considerados radicais e militantes da Ação Católica Brasileira (ACB), vista como a esquerda católica do país.

Mesmo polarizada a Igreja reuniu-se, através de 33 bispos, no final de maio de 1964, para a elaboração de uma *“Declaração sobre a Revolução”*. O documento nunca foi publicado, mas, segundo Serbin, demonstra a tradicional *“3ª via”* católica, entre o comunismo e o capitalismo.⁷ Já para o padre e jornalista Charles Antoine o documento era mostra de:

*“... uma extraordinária agilidade [por parte da Igreja] na arte do compromisso, mesmo sobre o risco de abrir caminho à injustiça”.*⁸

⁵ SERBIN, K. *Op. cit.*, 2001, p. 86.

⁶ *Idem, Ibidem*, p. 99.

⁷ *Idem, Ibidem*, p. 104.

⁸ *Idem, Ibidem*, p. 104.

É também no ano de 1964 que a CNBB passa às mãos de Dom Agnelo Rossi e Dom Vicente, o que a faz tender ao conservadorismo. Segundo Serbin, Dom Agnelo achava “inoportuno” tecer críticas à tortura, dando, certa vez, ordens para que o padre Amaury Castanho, editor do jornal arquidiocesano *O São Paulo*, não publicasse um editorial que condenava a prática.⁹

Em 1968, foi realizada a II Assembléia Geral do Celam, em Medellín, Colômbia, sendo de grande importância para a Igreja latino-americana porque, além de condenar a violência no continente, lançou a teologia da libertação assim como os ideais da Igreja progressista.

Desta forma, a Igreja brasileira caminhou durante a década de 1960 entre tendências ora mais progressivas ora mais conservadoras, sem se posicionar com clareza diante do regime militar, atitude que perduraria até a abertura política, em 1985. Excetuando algumas vozes isoladas, ela nunca demonstrou plena convivência ou absoluta discórdia com a Ditadura no Brasil. Se dividido entre reacionários, conservadores moderados, progressistas e radicais, o episcopado tinha a maioria de seus nomes entre os moderados e os progressistas.

Em Ribeirão Preto vivia-se a mesma conjuntura. Padre Celso Ibson de Sylos, por exemplo, fora um dos fundadores da Frente Agrária de Ribeirão Preto em 1963, como já foi visto, e era o responsável pelos editoriais do jornal católico ribeirão pretano *Diário de Notícias*, além de ser seu diretor. Nele, assim como na Frente Agrária, Padre Celso tinha postura crítica diante da situação de exploração. Em um dos números, por exemplo, escrevia:

*“Os cristãos autênticos estão ao lado da Reforma Agrária. Lutam por ela na certeza de que estão solicitando uma medida importante dentro da conjuntura social, capaz de modificar este quadro negro de miséria que reina na zona rural com conseqüências nas zonas urbanas e no próprio país (...) Não é possível admitir por mais tempo, que continue este regime de exploração do homem da lavoura e do abandono de sua família”.*¹⁰

Nos primeiros meses de 1963, o arcebispo da cidade Dom Luís do Amaral Mousinho é substituído por Dom Agnelo Rossi, o mesmo que assumirá a CNBB no final de 1964. Em 21 de fevereiro de 1964, o *Diário de Notícias* deixa de circular e, sem maiores explicações reabre em 4 de março do mesmo ano.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 105.

¹⁰ PINHEIRO, A. P. A. & TOMICIOLI, A.R. B. *Op. cit.*, p. 31/32.

O último editorial escrito por padre Celso Ibson é publicado em 1 de abril de 1964, quando é decretada sua prisão. Foragido por quase um mês, padre Celso Ibson de Sylos se entrega à polícia em 30 de abril. É solto em 3 de junho de 1964, sem que nenhuma menção fosse feita no *Diário de Notícias*. Anos mais tarde Padre Celso abandonaria a batina.

Após abril de 1964, Dom Agnelo Rossi assume a direção do *Diário de Notícias*. Segundo Ana Pinheiro e Anna Tomicioli, o jornal:

“... de luta por melhores condições de vida e trabalho, transformou-se em luta a favor da revolução para salvar o país”.¹¹

Neste momento, o cônego Angélico Sândalo Bernardino assume a coluna política *Nosso Comentário*. Seus textos, embora mais cautelosos que os de padre Celso, também denunciam as arbitrariedades da Ditadura. Os dois trechos a seguir fazem referências, muito provavelmente, à prisão de padre Celso Ibson:

“Ninguém poder ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

A questão reside justamente no seguinte: os inocentes, possivelmente, confundidos com culpados por suas atividades de vanguarda, devem, passada a confusão, ser restituídos à liberdade a que têm direito; os culpados sejam punidos, mas dentro da dignidade devida à pessoa humana (...) Não fiquem muitos com a falsa idéia de que, por exemplo, homens profundamente vivenciados pela Doutrina Social Cristã, porque detidos, sejam comunistas”.¹²

Através da coluna do cônego Angélico Bernardino, o jornal *Diário de Notícias* vai reiniciando a luta pelos direitos humanos, mesmo com Dom Agnelo Rossi na direção. Em suas colunas o cônego defende:

“O homem tem direito à liberdade de pensar como bem queira”.¹³

“O cristão vivo é revolucionário. Não faz guerra, mas luta com espírito de guerra”.¹⁴

No início de 1965 Ribeirão Preto passa a ter um novo arcebispo, o terceiro da cidade, Dom Felício César da Cunha Vasconcellos, que será o responsável por uma nova etapa na luta contra o regime ditatorial em Ribeirão Preto.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 34.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 34.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 37.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 37.

Dom Felício nomeia o Cônego Angélico como diretor do *Diário de Notícias*. As colunas do cônego Angélico e dos demais redatores passam a contestar diretamente as normas do novo Estado:

*"NÃO querem os boas-vidas, que se apóiam nas regalias do regime atual (regalia exclusivamente deles) que o povo grite que está com fome, com receio de uma reviravolta que os obriguem a descerem (sic) de seu dourado poleiro, alegando que Cristo era um exemplo de mansidão. Ora a mansidão de Cristo também tinha limite: 'Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada' (Mat. 10, 34)."*¹⁵

*"A classe dirigente tem nas mãos o governo, o Exército, a Justiça e a Polícia para arrochar o povo. Este poder é uma ditadura. O povo oprimido tem o direito de fazer uma revolução. Nós, família humana, unidos nos libertaremos dessa situação. Nós, um povo escravizado, unidos no pensamento e na ação, destruiremos todas estas forças".*¹⁶

*"Não há democracia legítima onde o direito à Oposição não é garantido".*¹⁷

*"... protestamos não contra a ação da polícia, no cumprimento do seu dever funcional de defesa da tranqüilidade pública, mas contra as violências e torturas que constituíram em parte, o modo desta ação. Não protestamos contra a finalidade da ação, mas contra seu método".*¹⁸

O caráter mais progressista de alguns membros do clero da cidade faz com que os integrantes da FALN se sintam encorajados a oferecer-lhes o jornal *O Berro*, pedindo em troca alguma colaboração financeira. Prova disto é que na lista de assinantes do jornal escrita em código por Áurea aparecem alguns nomes de padres de Ribeirão Preto e região:

"... PA – Padre ANGÉLICO, aceita a luta armada, com restrição, quase na "marra", firme com a gente, deu NCR\$ 5,00. EN – Padre ENZO, melhorzinho que o padre Angélico, mas aceita luta armada forçado, deu NCR\$ 5,00, coloquei arrumar remédios para nós, caiu fora. RIP – Padre RÍPOLI, contribuiu mais na base da amizade, aceita relativamente a política, deu NCR\$ 10,00. PLI – Padre PLÍNIO de São Simão, com problema com a polícia de São Simão devido a um sermão que fez discutindo o socialismo e aceitando, firma com a gente, deu NCR\$ 30,00. JOA – Padre JOAQUIM de Nuporanga, cortado, com medo, vacilante, mais tarde volta-

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 49.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 49/50.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 50.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 50.

remos. **CRAVI** – Padre LUIZ, de Cravinhos, furou, padre com medo, não quer mais contribuir, Mário Lorenzato deu uma lição nele.”¹⁹ (grifo meu, para ressaltar os códigos decifrados)

De acordo com padre João Ripolli:

“Eu não tive envolvimento com o grupo, eu é que fui envolvido naquele momento porque eu assinava um jornalzinho O Berro. Alguns conhecidos como a Áurea Moretti e principalmente o Mário Lorenzato, nos ofereciam e a gente colaborava com o jornal e foi por aí que eles, o pessoal do grupo, nos procuravam (sic)”.²⁰

Todos os padres que colaboraram com o jornal foram chamados a depor e ficaram sujeitos à violência e a humilhações, como ressaltará Dom Felício mais tarde, embora nenhum tenha ficado detido. A este fato somava-se a prisão de madre Maurina, que o arcebispo suspeitava que estivesse sofrendo torturas, por isso, ele se reuniu com o clero da cidade e decidiu pela excomunhão dos dois delegados locais.

Dom Felício já havia mostrado sua incompatibilidade com o regime. Primeiro possibilitou que o jornal *Diário de Notícias* tivesse de volta uma clara posição crítica diante de acontecimentos que a Ditadura dava respaldo. Depois abriu as portas do Palácio Episcopal para que estudantes, fugidos dos soldados após a realização de uma passeata, pudessem lá se abrigar. Dom Felício impediu que os soldados entrassem, enquanto isto parte dos estudantes conseguia fugir pelos fundos do Palácio, o restante foi levado para suas casas pelo próprio arcebispo. Por fim, ele, aos 62 anos, tentando acabar com outro confronto entre estudantes e policiais, segurou as rédeas de um cavalo, impedindo que o soldado investisse contra os manifestantes. A excomunhão aos dois delegados, Dr. Renato Ribeiro Soares e Dr. Miguel Lamano, contudo, seria sua atitude mais corajosa. Na época disse dom Felício:

“Olha, eu não tenho armas para combater isto. Mas as armas que eu tenho eu vou usar. São obsoletas? São arcaicas? Podem até não surtir efeito, mas vou usar. Porque estas pessoas que estão fazendo isto se dizem cristãs. Então eu vou expulsá-las da Igreja com a excomunhão”.²¹

¹⁹ Fundo BNM, Processo 65. Depoimento de Áurea Moretti, p. 328.

²⁰ BOTOSSO, M. *A guerrilha ribeirão-pretana*, p. 56.

²¹ PINHEIRO A. & TOMICIOLI.A. *Op. cit.*, p. 112.

Em 12 de novembro de 1969, o Documento foi lido nas missas em Ribeirão Preto (estando presente em uma delas o próprio Renato Ribeiro Soares) e publicado em dois jornais cariocas: *O Globo* e *O Jornal do Brasil*, e em dois jornais ribeirão-pretanos: *O Diário* e *A Cidade*. Segue trechos do Manifesto:

“(...)

Diante das recentes ocorrências verificadas na região desta arquidiocese de Ribeirão Preto, leva ao conhecimento da CNBB e da Comissão Episcopal Sul-1, e de todo o público em geral, as seguintes informações:

a) *No dia 25 de outubro, a “Operação Integrada” (...) mandou publicar uma nota sobre atividades terroristas na Região, anunciando ter desbaratado um grupo terrorista que vinha agindo na região desde 1967.*

b) *Aos poucos, depois disto, fomos tomando conhecimento de várias prisões e de uma onda de detenções, para declarações e inquéritos. Na área da Igreja foram atingidos leigos, religiosos, religiosas e sacerdotes. Nenhum contato ou comunicação oficial foi feito pelo Delegado Seccional e seus Delegados Adidos com a Autoridade Arquidiocesana. As tentativas de diálogo com aquelas Autoridades por parte da Arquidiocese foram repelidas com ironia e ameaças de novas prisões.*

c) *Há dezenove dias encontra-se presa na cadeia feminina de Cravinhos a Irmã Maurina Borges da Silveira, superiora do Lar Santana. Não nos foi possível obter informações sérias e adequadas, da parte das Autoridades responsáveis, sobre a situação daquela religiosa, posta em regime de incomunicabilidade e sendo totalmente obstaculadas as tentativas de sua Provincial, para informações. Há suspeitas bastante sérias de que a referida Irmã tenha sido submetida a provocações e à tortura de choques elétricos.*

d) *Com relação a outras pessoas da Arquidiocese, esta suspeita se torna plena certeza, dados os depoimentos oficiais que foram colhidos por ordem da Autoridade Arquidiocesana.*

e) *Ultimamente foram intimados a se apresentarem na Delegacia Seccional de Polícia, para prestar declarações, os sacerdotes: Gisberto Antônio Pugliesi, Joaquim Corrêa Leandro, Enzo Gusso, Aguiar Luis de Paula Marques, Antônio Geraldo Bassi, Fernando Godat, Emilio Pognoli, Cláudio Fávero. E foram obrigados, com violência, acompanhamento de investigadores armados, os seguintes sacerdotes: Luis Eugênio Perez, Plínio Toldo, João Ripoli, Aryclenes Rodrigues Barbosa, Angélico Sândalo Bernardino. Depois de depoimentos cheios de ironia e chacotas por parte de Autoridades, foram obrigados a assinar declarações que nem puderam ser completadas ou retificadas segundo a verdade, com agravante de que testemunhas foram chamadas a assinar, sem terem acompanhado o interrogatório.*

DIANTE DESTES FATOS:

1- Apelamos para as competentes autoridades superiores Federais e Estaduais, a fim de que verifiquem, mesmo dentro do regime de exceção em que nos encontramos, as arbitrariedades que estão sendo perpetradas na Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, assegurando, dentro da lei, com justiça e equidade, o cumprimento do capítulo IV, do Título II da Constituição do Brasil, emendada em 1969, principalmente nos parágrafos 12, 14 e 15.

(...)

3 – Declaramos que os membros do clero (arcebispos e sacerdotes) e as organizações católicas da arquidiocese não têm nenhum compromisso com posições extremistas e subversivas de direita ou de esquerda. Estamos comprometidos com os direitos fundamentais da pessoa humana, com a Evangelização, com a Catequese, com a Liturgia, com a Educação e a formação das consciências, com a promoção humana em todo sentido cristão, com os princípios e métodos do movimento ecumênico, com a construção da verdadeira paz e prosperidade do povo de Deus que vive em nossa região.

Quem nos dera estarmos ainda mais comprometidos com os direitos fundamentais da pessoa humana, com os princípios do Concílio Ecumênico Vaticano II, com a Doutrina Social Cristã, com os Documentos de Medellín, com os documentos Pontifícios, particularmente a Encíclica *Populorum Progressio*, com os propósitos de verdadeiras reformas sociais enunciadas pelo Sr. Presidente da República.

(...)

Depois de paciente reflexão e meditação, cumprimos também o nosso grave dever pastoral de lembrar que os mandantes de tais arbitrariedades já estão excomungados; excomunhão reservada ao Bispo, de acordo com a Legislação da Igreja, Código de Direitos Conônicos, cânon 2343, § 4. Diante de fatos evidentes, declaramos estarem incluso no referido cânon o Dr. Renato Ribeiro Soares, Delegado Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, e o Dr. Miguel Lamano, Delegado Adido de Ribeirão Preto.

(...)

Dom Frei Felício César da Cunha Vasconcelos, Arcebispo Metropolitano.

Dom Bernardo José Bueno Miele, Arcebispo Coadj. e vigário Episcopal

Seguem as assinaturas de 69 padres e irmãos.”²²

²² Acervo particular Áurea Moretti Pires.

Após a publicação do manifesto, Dom Felício, acompanhado por Dom Agnelo Rossi, foi até Brasília denunciar a violência, as ameaças, o transporte clandestino de presos antes do decreto oficial da prisão, assim como os boatos de sumiço e morte de alguns estudantes, membros da FALN.

As atitudes de Dom Felício ganharam repercussão internacional e causaram reações quase que imediatas. Nos dias que se seguiram ao 12 de novembro de 1969, publicou-se no jornal local *O Diário* que membros da “Operação Integrada” estavam de acordo com a declaração de Dom Hélder Câmara de que “... a excomunhão dos dois delegados era uma palhaçada do clero de Ribeirão Preto”.²³ Após o comentário Dom Felício, através do mesmo jornal local, disse não acreditar no pronunciamento porque conhecia D. Hélder pessoalmente e sabia que este não ignorava o Código do Direito Canônico. Mais tarde Dom Felício mostrou o telegrama que Dom Hélder lhe enviara: “*Dom Felício Vasconcelos – Ribeirão Preto – Comentários a mim atribuídos são absolutamente falsos. Dom Hélder*”.²⁴

Outra reportagem intitulada: “*Delegados solidários com colegas excomungados*” divulgava uma moção de solidariedade dos delegados do DOPS a Miguel Lamano e a Renato Ribeiro Soares. Segue o texto:

“Os delegados de polícia, em exercício no DOPS, que este subscrevem, todos católicos, apostólicos, romanos, na qualidade de co-responsáveis pela manutenção da ordem política e social no Estado de São Paulo, vêm, de público, externar integral solidariedade aos bacharéis Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano, os quais foram arbitrariamente e despoticamente excomungados pelo arcebispo de Ribeirão Preto, por terem, no estrito e escorreito cumprimento dos deveres funcional e legal, conseguido desbaratar um ponderável grupo de terroristas, pertencentes à Frente Armada de Libertação Nacional (sic), que intranquilizava os laboriosos munícipes da fecunda e próspera região da Alta Mogiana, figurando entre eles a madre superiora do Lar Santana.

(...) como mirificamente realçou Dom Vicente Scherer, cardeal-arcebispo metropolitano de Porto Alegre, que sabiamente disse: ‘quem participa de um esquema comum com terroristas, que assassinam inocentes a sangue frio, assaltam e roubam, torna-se conivente com tais crimes e participa de sua responsabilidade’.

(...)

Continuaremos a respeitar os dogmas e os princípios da religião católica que são perenes e, graças a Deus, eternos, mesmo contra a vontade de um grupelho de ig-

²³ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 93.

²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 93.

nóbeis clérigos desprovidos de dignidade, mas a todos alertamos que, com ou sem excomunhão persistiremos, também, com redobrado entusiasmo e civismo, na luta intransigente contra os semeadores da iniquidade, os pregoeiros da discórdia, os aliciadores de mazorqueiros, os apologistas do castro-comunismo, os cultores do ódio, os propugnadores da violência, os implantadores do terror, venham de onde vierem.

Ninguém nos desviará da defesa dos postulados realmente cristãos e democráticos, alicerçados nos fundamentos da liberdade, do direito, da justiça e da indestrutível unidade nacional, sob a égide e proteção de Deus que amamos, reverenciamos, honramos, respeitamos e dignificamos.

São Paulo, 18 de novembro de 1969.

Assinam: Ivahir Freitas Garcia, Alcides Cintra Bueno Filho, Celso Teles, Newton Fernandes, Sívio de Moraes Bartoletti, Francisco Guimarães Nascimento, Edsei Magnotti, Orlando Rosante, Firmiano Pacheco Neto, Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Roberto Guimarães, Alceu Forte, Valter Fernandes, Fábio Lessa Souza Cargato, Raul Ferreira, Rubens Cardoso de Mello Tucunduva, Edson Venício Charmilot, Robert Quass, Gil Antônio Ferreira, Laudo Ubirajara, Aparecido Guilla Simoni, Renato D'Andrea, Edward Quass, Antônio Fazolli, Francisco Franco do Amaral, Celso Santos Coura, Cervantes Vidal, Romeu Tuma e Luís Orsati".²⁵

Diante dos fatos, Dom Felício se posiciona mais uma vez, dizendo estar coerente com a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, já que defendia os direitos do homem. Em outro documento assinado por bispos e padres, o arcebispo declara:

"(...)

A afirmação fundamental do manifesto situa-se na defesa dos direitos básicos da Pessoa Humana, quer se trate de não-cristão ou cristão, quer se trate de leigo, religioso ou clérigo.

(...)

Para quem leu ou ouviu, com o mínimo de atenção e inteligência, o texto de nossa tomada de posição, deve logo ter-se tornado evidente que nós protestamos, não contra a ação da polícia, no seu cumprimento de dever funcional de defesa da tranqüilidade pública, mas contra as violências e torturas que constituíram, em parte, o modo desta ação. Não protestamos contra a finalidade da ação, mas contra seu método. E chamamos, por isso, a atenção dos cristãos e homens de boa vontade sobre a confusão que relatórios, entrevistas, manifestos e artigos vêm lançando a este respeito.

(...)

²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 87/88.

Mais uma vez assumimos conscientemente a atitude de protestar em Ribeirão Preto pelo que, em Ribeirão Preto aconteceu. Reafirmamos todas as declarações feitas no documento acima aludido, até o momento em que foi redigido.

Ribeirão Preto, 29 de novembro de 1969.

Dom Frei Felício César da Cunha Vasconcelos; Dom Bernardo José Bueno Miele, Dom José Alvarez Mácuca, além de 82 padres e irmãs.”²⁶

A divulgação do Manifesto de Excomunhão significou o primeiro confronto explícito entre a Igreja e o Estado no país. Foi através dele também que, como já foi dito, Dom Paulo Evaristo Arns²⁷, ex-aluno de Dom Felício Vasconcelos, iniciou sua luta pela justiça social. Mas, a atitude de Dom Felício teve uma importância ainda maior para Áurea Moretti, Vanderley Caixe e Mário Bugliani. Eles afirmam que graças à excomunhão não foram mortos.

A família de Áurea, por exemplo, já havia sido avisada de sua morte, mas após a decisão de Dom Felício a farsa foi desfeita. No dia 19 de novembro de 1969 o *Diário da Manhã* publicava a reportagem “Eis a bela subversiva”. Para a realização da reportagem foram buscar Áurea na delegacia de Cravinhos, para onde ela havia sido transferida, trocaram sua roupa, colocaram-lhe sandálias, maquiaram seu rosto (Áurea estava muito machucada devido às seções de tortura), tudo para que fosse possível provar que não havia tortura com os presos envolvidos com a FALN, e que Áurea não estava morta.

Sobre a questão diz Vanderley Caixe:

“Nunca vi uma polícia tão burra como esta que atuou aqui. Quer dizer, ela começou a criar atritos com áreas que ela não tinha nem que criar atrito... Então, de repente, nós tínhamos em nosso favor dezenas de pessoas... Por exemplo, eu me lembro que eles iam me tirar uma noite aqui para me levar para o Mato Grosso, eles iam me matar lá pelo caminho. Não mataram por que? Porque Dom Felício tinha saído daqui, pegou o Dom Agnelo, que era de direita, levou até Brasília para dizer: ‘Olha, eles estão massacrando padres, pessoas e tal, estudantes em Ribeirão Preto’. (...) A irmã, a madre Maurina, a maior estupidez que eles podiam ter cometido ali, ter prendido esta mulher. Não tinha dado nenhum. (...) O que acabou criando? Um clima maior da conta. Graças a ela ter sido presa nós estamos vivos.

²⁶ “Eslarecimento”; in SEDOC, vol. II (69-70), cols. 793-796.

²⁷ Dom Paulo Evaristo Arns, junto à Arquidiocese de São Paulo e outros colaboradores, ajudou na organização da Coleção *Brasil: Nunca Mais*, composta pelos processos referentes aos presos e atingidos políticos.

*Nós estaríamos mortos, quer dizer, pelo menos três pessoas iriam morrer: eu, a Áurea e o Mário Bugliani. Eram os três que eles... Então, essa é a nossa sorte”.*²⁸

Embora livres da morte Áurea, Vanderley, Bugliani e muitos outros não se livraram da prisão. No Presídio Tiradentes, para onde foram encaminhados, iniciaram mais uma luta que contou com a participação de religiosos. Vanderley Caixe, junto a frei Beto, frei Ives, frei Fernando, Maurice Politi e Manoel Porfírio organizam uma greve de fome, no ano de 1972, em protesto às precárias condições a que eram sujeitos na Penitenciária. Foram, por isso, transferidos para a Penitenciária Regional de Presidente Venceslau e, mais tarde, enquadrados como presos comuns.



Vanderley Caixe em seu escritório de advocacia, em Ribeirão Preto, no final dos anos 90. Fonte: Revista Revide, no. 181, Fascículo 31.

Cada um deles, contudo, tinha sua prisão acompanhada por um arcebispo. Vanderley Caixe era acompanhado por Dom José Maria Pires, da Paraíba, que ia visitá-lo a cada três meses. Quando ele foi solto, em maio de 1974, Dom José Maria o convidou para participar de um projeto que lutava pelos direitos humanos de trabalhadores rurais em João Pessoa. Vanderley aceitou o convite e durante 20 anos permaneceu na Paraíba advogando para camponeses. Hoje ele trabalha para presos políticos da América Latina.

²⁸ PINHEIRO A. & TOMICIOLI. A. *Op. cit.*, p. 128/129.

2- A participação feminina na FALN

“E a gente denunciava com a gente mesmo. Eu falo que a maior arma que nós sempre tivemos fomos nós, nosso corpo, nossa inteligência, nossa compreensão do mundo. E dar a cara para bater. E ter esperança. Era um tempo muito bom, com muita esperança no mundo socialista”.

(Áurea Moretti Pires – Ribeirão Preto, 15/06/2002)

2.1: A luta feminina contra os espaços e as imagens à ela atribuídos

Foi principalmente a partir do século XIX, também conhecido como o século do racionalismo, que houve uma divisão das imagens do masculino e feminino, cabendo ao primeiro desempenhar as funções que simbolizavam o poder e o domínio, e ao segundo ficar relegado à esfera da subordinação e do espaço privado.

Durante toda a primeira metade do século XX, a mulher ficou restrita ao espaço privado porque devia cumprir as funções de boa mãe, esposa e dona de casa. Assim pregava a Igreja, ensinavam os médicos e os juristas, legitimava o Estado e divulgava a imprensa²⁹.

*“A mulher que é, em tudo, o contrário do homem’ foi o bordão que sintetizou o pensamento de uma época (...) ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao ‘recôndito do lar’ e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel de ‘rainha do lar’, sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa”.*³⁰

Por esta razão, o Código Civil de 1916, embora defendesse que a manutenção da família era responsabilidade *dos cônjuges*, dava ao homem o direito de autorizar ou não que sua esposa trabalhasse fora de casa, sem esta autorização ela não conseguiria emprego. Assim, tudo aquilo que pudesse ameaçar a ordem familiar tinha que ser rapidamente disciplinado. As relações extraconjugais por parte dos homens, contudo, não eram reconhecidas como ameaça a esta ordem.

²⁹ MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 374.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 373.

O crescimento urbano e industrial vivido no Brasil durante a década de 1950 aumentou possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. Elas passaram a ocupar cargos em escritórios, no comércio, em serviços públicos ou tornaram-se enfermeiras, professoras, médicas, assistentes sociais, vendedoras.

Segundo Carla Bassanezi³¹ o Brasil acompanhou as tendências internacionais de modernização e emancipação feminina (principalmente por terem sido importante mão de obra durante o período da Segunda Grande Guerra), porém, também foi influenciado por campanhas estrangeiras que, após a guerra, defendiam a volta das mulheres para seus lares, sustentando os valores tradicionais da sociedade. Alegava-se que, ao trabalhar fora, a mulher perdia sua feminilidade e seus privilégios como o respeito, a proteção e o sustento do marido.

A revista feminina *Querida*, de novembro de 1954, dizia:

*“Lugar de mulher é no lar (...) a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, é causa de muitos lares infelizes e destroçados. (...) Felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres continua a ser o casamento e a família”.*³²

Desta forma, a mulher continuava relegada à imagem de esposa, mãe, dona de casa, sendo importante, ainda, manter características de feminilidade, instinto materno, pureza, resignação e doçura. O casamento, a maternidade e a dedicação ao lar, por serem vistos como parte da essência feminina, também eram ideais buscados pelas solteiras, já que só assim a mulher não contrariaria sua natureza.

Para que fizessem um bom casamento, as jovens deviam se portar corretamente durante o namoro, ou seja, manterem-se virgens. O Código Penal da época, por exemplo, defendia a possibilidade de anulação do casamento se o recém casado percebesse que sua noiva não era virgem.³³ Ao homem, a prática sexual antes do casamento, e a extraconjugal durante o matrimônio, continuavam a ser aceitas, já que esta postura era atribuída ao instinto masculino. O *Jornal das Moças*, de 3 de março de 1955, defendia que:

³¹ BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos Anos Dourados”. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 608.

³² In Idem, *Ibidem*, p. 624.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 613.

“Mais do que orgulho, o seu dever é mais forte (...) passe uma esponja sobre um desvio, uma levandade tão própria dos homens. Caso contrário, quando ele a abandonar, acha que seu ataque de nervos, a sua crise de orgulho secará suas lágrimas?”³⁴

A partir da década de 1960, seguindo tendências constatadas no mundo todo, uma vanguarda feminina brasileira passou a questionar valores como o casamento ou a santificação da maternidade, que situava o exercício da sexualidade da mulher como um dever: o de tornar-se mãe ou o de satisfazer a seus maridos.

Estas “novas” mulheres buscavam emancipação econômica e pessoal, igualdade de direitos e maior possibilidade de acesso ao mercado de trabalho e à universidade. Segundo Carla Bassanezi: *“A proporção de homens para mulheres com curso superior, que em 1950 era de 8,6 para 1, baixou, em 1960, para 5,6”*.³⁵ No final da década de 1960 a proporção seria de 1 para 2, igualando-se 1975.³⁶

A luta pela liberdade feminina e sua conseqüente penetração na esfera pública, através do mercado de trabalho e das universidades, aconteceu no mesmo momento em que, no Brasil, vivia-se um período de contestação da ordem social e, após 1964, também do regime ditatorial. Com a formação dos grupos de esquerda armada pós-64, muitas mulheres encontram a possibilidade de lutar tanto pela liberdade da condição feminina, como pela igualdade social e implantação de um novo regime político. Segundo Ridenti:

“... a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”.³⁷

Marco Aurélio Garcia compartilha da mesma idéia ao dizer que:

“É interessante observar que a militância de mulheres em um projeto eminentemente ‘masculino’ (por suas regras, códigos e comandos) serviu para emancipar muitas mulheres que dele participaram”.³⁸

³⁴ In: Idem, *Ibidem*, p. 632.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 625.

³⁶ MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira. Corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983, p. 14.

³⁷ RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 198.

³⁸ GARCIA, Marco Aurélio. “O gênero da militância” In: *Cadernos Pagu* (8/9). Unicamp, Campinas, 1997, p. 331.

2.2: As mulheres nos grupos de esquerda

Os determinismos biológicos e binários, postos acima, acabaram por construir as imagens femininas e masculinas a partir de uma acomodação da biologia humana. O problema desta separação de esferas ocorre, como bem apontou Joan Scott, na medida que não se examina a oposição binária em si, mas sempre a reproduz de forma fixa e da mesma maneira. É preciso, portanto, levarmos em conta em nossas análises, o contexto, “*a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica em vez de aceitá-la como real ou auto-evidente ou como fazendo parte das coisas*”.³⁹

É no interior desta discussão, embora sem realizar longa análise sobre a categoria gênero e sobre o uso do termo, que procurarei mostrar as práticas femininas num código de comportamento partilhado pelos dois sexos, qual seja, a atuação militante.

As mulheres, dentro dos grupos de esquerda, eram minoria. Através do levantamento do fundo *Brasil: Nunca Mais*, Marcelo Ridenti conclui que dos 4.124 processados políticos, apenas 660 eram mulheres (16%)⁴⁰. Dentre elas predominavam as estudantes (32,2%); professoras (23%) ou as que desempenhavam profissões que exigiram uma formação superior (17,8%). Assim, 73% das mulheres que atuaram nos movimentos eram de estratos sociais intelectualizados. De acordo com o mesmo autor, é possível concluir que a maioria das mulheres presas ou exiladas de extração mais pobre foi incriminada por ser mãe, irmã ou esposa de guerrilheiro e não por ser atuante em alguma organização.⁴¹

Não sem motivo a maioria das mulheres militantes era universitária. As universidades foram uma das instituições que mais organizou passeatas e atos de protesto durante os primeiros anos da Ditadura no Brasil. Isto possibilitava um processo de conscientização e de envolvimento com a luta muito maior para elas do que para as donas-de-casa ou para as operárias. Áurea Moretti relata que:

³⁹ SCOTT, Joan. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. VI.15, n.2, jul/dez 1990.

⁴⁰ RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 197. Muitas mulheres, embora tenham participado dos grupos de esquerda, não foram processadas. Assim, este percentual de 16% ao qual chega Ridenti deve ser considerado como valor aproximado.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 197.

“Já nesta época [1965, quando ela cursava a faculdade de Filosofia] eu fui recrutada para o Partido Comunista, já eu procurando ligação e querendo entender e lutar contra aquilo que tivesse errado. E aí nós montamos um diretório acadêmico e começou todo um trabalho”.⁴²

Além disso, Áurea também se recorda de inúmeros protestos estudantis ocorridos em Ribeirão Preto, dos quais sempre participava. Conta que quando Lincoln Gordon foi visitar Ribeirão Preto, ela e uma amiga fizeram bonequinhos que representavam Gordon e o prefeito Gasparine enforcados, com dizeres de “Fora Gringo”, “Abaixo a Ditadura” e espalharam por todo o trajeto em que Lincoln Gordon ia passar.

Para cidades do interior, como Ribeirão Preto, o número de mulheres envolvidas em organizações de esquerda era menor quando comparado às grandes cidades e às capitais, isto porque, nas cidades do interior a defesa de valores conservadores e tradicionais, principalmente para as mulheres, era maior que para as demais.

A FALN teve entre seus quadros pouquíssimas integrantes femininas. Destas, apenas quatro foram processadas e, com exceção de Áurea, elas tiveram uma pequena participação no grupo.

Nancy Marieto, filha de José Marieto, velho membro da esquerda, se envolveu com a FALN logo em seu início, mas não permaneceu no grupo. Segundo seu relato:

“Eu praticamente dei idéias para a organização do jornal, mas quando eles deram nome ao grupo, uma estrutura armada para o grupo, eu já não estava mais. (...) no período que eu estava a gente fazia política mais em função d’ O Berro divulgando idéias, na época eu ainda discordava da luta armada, portanto realmente eu não era da FALN, eu era do grupo político que produzia o jornal”.⁴³

Leila Bosqueto era a namorada de Djalma Quirino e se envolveu com a organização por influência dele. Sua participação se limitou à divulgação de jornais. No *Diário de Campo* de seu namorado, encontrado pelos policiais, havia várias menções à Amélia, codinome de Leila. Djalma escreveu:

“Amélia telefonou, está tranqüila e grávida. Tudo bem, a organização fará o que deve ser feito com Amélia. Amélia ligada à organização”. (01 de outubro de 1969)

⁴² Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

⁴³ In BOTOSSO, M. *A guerrilha ribeirão-pretana*, p. 53.

“Amélia chegou às 5:20H, notícias ótimas, não está mais grávida. Queria que fosse até o fim. Mas agora não temos condições. (...) Estou contentíssimo por ela estar participando comigo da mesma organização”. (04 de outubro de 1969).⁴⁴

Por causa do *Diário Leila* foi encontrada, presa, torturada e depois absolvida sob a seguinte alegação:

“... é namorada de Djalma Quirino de Carvalho. Na polícia confessa ter distribuído INFORMAÇÃO EXTRA e VOCÊ DEVE SABER, mas em Juízo retrata tal condição, dizendo ter sido coagida a prestá-lo. Não se produziram provas que confirmassem o fato alegado, em qualidade suficiente para o Juízo condenatório. Em consequência, decide o Conselho, por insuficiência de provas, ABSOLVER LEILA BOSQUETO”.⁴⁵

As duas outras mulheres envolvidas e processadas pela FALN foram Madre Maurina Borges e Áurea Moretti. Esta última, sem dúvida, a mais ativa dentro do grupo. Segundo Vanderley Caixe:

“Tive grandes companheiros que ajudaram nisso [no processo de organização do grupo], e nós passamos a compor a direção. Uma delas foi a Áurea, que para mim foi uma surpresa a capacidade que ela tinha, ainda sendo mulher, de trabalhar dentro do partido, numa sociedade que sempre esmagou a mulher, mas ela mostrou que ela tinha uma garra, tinha atividade”.⁴⁶

Áurea, que foi uma das poucas mulheres a fazer parte da direção de uma organização, também se enquadra no perfil das militantes. Era uma universitária, cursando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, quando se associou ao PCB, no ano de 1965. Em 1967, ao integrar os quadros da FALN, havia abandonado o curso de Filosofia e transferido-se para a Escola de Enfermagem.

Ela também vivia o conflito de fazer parte de uma sociedade que defendia conceitos morais e conservadores para as mulheres, enquanto muitas destas lutavam por emancipação e igualdade. Diz ela:

“... eu nunca queimei sutiã por que eu não usava, de protesto (risos). Eu nunca queimei, não usava simplesmente, queria ver quem me punha aquele arreio. Mas chega a mini-saia, chega a pílula anticoncepcional, porque a mulher ela tinha que casar virgem, né, zero quilômetro, se ela tivesse relações ela podia engravidar, como muitas engravidaram, e naquela época isto era um crime. Na própria Escola de En-

⁴⁴ Fundo BNM, Processo 65. Diário de Campo de Djalma Quirino de Carvalho. Anexo 4443.

⁴⁵ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 327/328.

⁴⁶ Entrevista I – Vanderley Caixe.

fermagem expulsaram uma aluna, fizeram uma Assembléia, nós demos o maior escândalo, não adiantou, porque ela estava grávida e não ia casar e isto era muito mal perante a sociedade, para denegrir a imagem de enfermeira, entende?!".⁴⁷

Áurea foi responsável por tarefas importantes dentro da FALN: colocou bombas no Cine Dom Pedro e no 3º Batalhão da Polícia Militar, ambos de Ribeirão Preto; divulgou os jornais produzidos pelo grupo; participou dos treinamentos de tiro na Fazenda de Néelson Toneto, possuindo, até mesmo, uma bereta. Além disso, segundo Maklouf: *"estava envolvida até a raiz dos cabelos com o que seria a grande ação da organização – o seqüestro do usineiro João Marquezzi, em busca de fundos para a revolução"*.⁴⁸ Ela relata também que muitas vezes ofereceu sua saia para alguns homens que se mostravam temerosos de se envolver com a FALN.⁴⁹

De acordo com Néelson Toneto, militante da FALN:

"(...) Falar com ela era seguro. Quando ela dizia alguma coisa era aquilo mesmo. Se todos fossem iguais à Áurea e ao Mário Bugliani teria dado certo".⁵⁰

Porém, ainda que o grupo de Ribeirão Preto tivesse em sua direção uma mulher, ele, da mesma forma que os demais grupos de esquerda do período, havia sido gerado no seio de uma sociedade cheia de contradições.⁵¹ O processo de emancipação feminina era muito novo e inicial, por isso as organizações de esquerda ainda tinham por referencial o universo masculino. A figura feminina continuava sendo associada à delicadeza, fragilidade ao despreparo.

É significativo, para esta questão, o relato da militante Dulce Maia, da VPR, primeira mulher a participar das ações de guerrilha urbana e considerada muito corajosa, incansável, eficiente. Segundo conta ao jornalista Maklouf, certa vez, um de seus companheiros da VPR disse ter ficado decepcionado ao saber que ela namorava Diógenes de Oliveira, pois ele a considerava como homem.⁵² Marco Aurélio Garcia também ressalta tal questão ao afirmar que a emancipação feminina só era reconhecida por muitos dos dirigentes de organizações quando elas se comportavam como homens, de acordo com a expressão usada por eles.⁵³

⁴⁷ Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

⁴⁸ CARVALHO, L. M. *Op. cit.*, p. 93.

⁴⁹ Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

⁵⁰ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 67.

⁵¹ ADÃO, M. C. *Op. cit.*, p. 33.

⁵² CARVALHO, L. M. *Op. cit.*, p. 44.

⁵³ GARCIA, M. A. *Op. cit.*, 1997, p. 331.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

RUA BRIGADEIRO TOBIAS N.º 527

PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA: 20 / 10 / 69

REG. GERAL N.º

DELEGACIA Seccional de Polícia de Ribeirão Preto

Estes dados devem ser obrigatoriamente preenchidos, acompanhados de cinco (5) individuais dactiloscópicos.

Nome: Aurea Moretti Sexo: fm.
 Vulgo: nome de guerra: MARIA Data do nasc: 12 / 11 1944
 Filiação (pai): Joaquim Moretti (mãe): Virginia Moretti
 Oitís: branca Cabelos: cast. Olhos: cast.
 Brancos: cast. escura Barba: — Bigode: —
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: não.
 Profissão: estudante Estado civil: solteira Nacionalidade: brasileira
 Lugar onde nasceu: São Joaquim da Barra Instrução: universitária.
 Residência (declarado): Rua Benjamin Constant 105 - Rib. Preto.
 Motivo da prisão: _____ Data: _____ Hora: _____
 Local: Ribeirão Preto
 Local da ocorrência: _____
 Referir a Folha de Antecedentes: _____



S. G. - S.S.P. - Mod. 1

Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto
 Serviço Seccional de Polícia de Ribeirão Preto
 REGISTRO GERAL N.º _____ Data: 20 / 10 / 69
 Nome: Aurea Moretti Sexo: fm.
 Vulgo: nome de guerra: MARIA Data do nascimento: 12 / 11 / 1944
 Filiação (pai): Joaquim Moretti (mãe): Virginia Moretti
 Oitís: branca Cabelos: cast. Olhos: cast.
 Profissão: estudante Estado civil: solteira Nacionalidade: brasileira
 Lugar onde nasceu: São Joaquim da Barra Residência: Rua Benjamin Constant 105 - Rib. Preto
 Marcas, cicatrizes e tatuagens: não.
 Motivo: Lei de Segurança Nacional

Assinatura da Identificada

Assinatura da Autoridade

Assinatura do Identificante

Ficha de identificação de Aurea Moretti feita durante a fase do Inquérito Policial do processo 198/69, que na coleção Brasil: Nunca Mais corresponde ao Processo 65.

Desta forma, para que as mulheres conseguissem pertencer aos grupos de esquerda, muitas vezes, tinham que abrir mão de algumas atitudes identificadas como tipicamente femininas. Certa vez Áurea colocou um vaso de flores no campo de treinamento e Vanderley, como conta Áurea: “... ficou tão bravo. ‘Escuta, isso aqui é treinamento de guerrilha. Quem que trouxe essas florzinhas?’”. (sic)⁵⁴

Ainda assim, embora Áurea reconheça a discriminação pela qual passaram as mulheres nos grupos de esquerda, ela diz:

*“... mas dentro da nossa organização não, porque a gente era muito junto (sic), nós saímos muito unidos do partido.”*⁵⁵

Com a queda do aparelho rural, é Mário Bugliani quem leva a polícia até a casa de Áurea, após ter passado por várias seções de tortura. Segundo Áurea, Mário estava arrebetado, ensangüentado, descalço, machucado, um trapo. “*Eu olhei [diz ela], parece que caiu o mundo, caiu o mundo*”.⁵⁶

Áurea acredita, assim como relatam várias outras presas políticas, que por ser mulher despertou muito mais o ódio nos delegados. A afirmação é coerente: os órgãos de repressão, assumidos pelos torturadores, eram um universo essencialmente masculino. Além disso, as três Forças Armadas são instituições conservadoras e machistas. Dessa forma, ser desafiado por uma mulher enchia de ódio os representantes destes poderes. Diz Áurea:

*“... tinha um requinte principalmente por a gente ser mulher. (...) o ódio que o torturador tinha da guerrilheira, que eles falavam que eram as mais fodidas, tanto na rua como na tortura. (...) E o ódio: o que é que a mulher tinha que participar da guerrilha. Quem era a mulher. Quando eu fui presa o Lamano falava assim: Maria [codinome de Áurea], só pode ser a cozinheira do acampamento. Era o lugar devido da mulher”.*⁵⁷

Mais que tentar menosprezar o papel de Áurea na organização, os delegados ainda afirmaram que ela tinha um caso com o colaborador do grupo, Guilherme Simões⁵⁸, renomado professor da Faculdade de Odontologia de Ribeira

⁵⁴ ADÃO, M. C. *Op. cit.*, p. 34.

⁵⁵ Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

⁵⁶ Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

⁵⁷ Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.

⁵⁸ Guilherme Simões entrou em contato com a FALN através Áurea. Esta, além de lhe entregar os jornais da organização, pedia-lhe dinheiro e algumas colaborações, como a de transportá-la até o acampamento rural do grupo. Segundo Áurea, Guilherme Simões “co-

rão Preto, homem casado, de 56 anos. Isto complementaria a imagem de mulher promíscua que tentavam construir de Áurea perante a sociedade de uma cidade interiorana.

Áurea foi barbaramente torturada e suas seções de tortura tiveram características próprias. Além dos apelidos comuns às mulheres, o de Áurea foi “boneca terrorista”, ela ainda teve que passar por noiva do torturador antes de ir para uma sala onde acreditava que sofreria abusos sexuais.

“Era uma cena louca, um corredor cheio de soldados dos dois lados, eu passando com aquele bando. O cara agarrando em mim falou ‘eu vou casar com ela’ e de repente eles começaram a cantarolar a marcha nupcial (...) e eu passando de noiva do torturador para ser estuprada lá em cima. É todo um terrorismo. Ele me agarrando, ele e os outros, avançando, passando a mão, pegando mesmo. Nos seios, nas coxas, tudo, para eu acreditar que lá em cima seria o estupro”.⁵⁹

Áurea, em outra ocasião, estava menstruada e pediu ao delegado Miguel Lamano um absorvente feminino. Ele a arrastou pelos cabelos e lhe bateu tanto que quebrou uma de suas costelas.

Os exemplos acima dão prova que como as militantes causavam no torturador um misto de ódio e desejo, este último despertado, talvez, por associarem-nas a mulheres promíscuas.

Por outro lado, há histórias que ressaltam reações exatamente contrárias, como a que conta Áurea:

“Quando estava no pau de arara, eu falei para ele [Miguel Lamano]: ‘eu agüento isso aqui porque sou magra. Queria ver você agüentar. Com esta barriga você já tinha entregado até sua mãe’. Os soldados ouviram e espalharam isto pelo quartel, davam gargalhadas. (...) Tem uma coisa estranha na minha relação com ele: ele nunca demonstrou qualquer coisa de sexual. Ao contrário. Ainda falava: ‘Eu te respeito’. E respeitava porque muitas vezes eu o encarava”.⁶⁰

nhecia desconhecendo” o propósito do movimento. Para a jornalista Leone Matilde, Guilherme Simões lhe pareceu uma pessoa magoada com os membros da FALN (1998, p. 81). Com a queda do grupo Guilherme foi preso, barbaramente torturado e, depois, transferido para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu por quase um ano e meio. Lá, conseguiu montar um consultório odontológico para tratar dos presos, trabalho que, segundo Simões, lhe ajudou a sobreviver no presídio. Há um depoimento seu em: FREIRE, Alípio, et alli (orgs.). *Tiradentes, um presídio da Ditadura. Memórias dos presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

⁵⁹ CARVALHO, L. M. *Op. cit.*, p. 94.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 94/95.

Já o delegado Renato Ribeiro, vendo uma das seções de tortura de Áurea, não agüentou e desmaiou. Por isso ela diz ter sido mais homem do que ele.

Para Áurea um dos piores momentos de sua prisão foi quando revelou o nome de Guilherme Simões. Seu codinome (José) aparecia no *Diário* de Djalma Quirino de Carvalho. Era Guilherme Simões quem levava Áurea, com seu carro, até o acampamento rural, para que ela deixasse lá comidas, remédios, agasalhos e armas. A identificação do verdadeiro nome de José significou para Áurea, como ela diz, a perda de sua moral:

"Aquilo acabou comigo. Até aquele momento minha moral estava inteira e depois do momento em que eu falei, parece que cai, quando não agüentei e falei".⁶¹

Quando foi encaminhada para a Auditoria pediram que ela incriminasse Vanderley Caixe, e o professor Simões, oferecendo-lhe, em troca, identidade falsa e passagem para o exterior, mas Áurea não aceitou, o que lhe permitiu, como conta, dormir em paz todos os dias e sair da cadeia com a cabeça erguida, quatro anos após sua prisão.

Quando foi entrevistada por Matilde Leone, ainda na década de 1980, Áurea disse-lhe que sentia muita dificuldade em relembrar o passado, principalmente porque, para sobreviver, ela havia feito o possível para esquecer. Quando falei com ela, quase duas décadas depois, Áurea falou-me que, com o passar do tempo, foi concedendo várias entrevistas e *"tudo foi quase sendo posto no lugar"*.

Segundo ela:

"... Hoje os jornalistas, pesquisadores, a própria sociedade buscam em nós a História (...) É uma coisa que resgata a gente. E se a gente não tivesse começado a pôr para fora... Muitos companheiros sentiam tanta opressão como eu, lá, tanto sozinha, com todas aquelas lembranças, impotente".⁶²

Atualmente Áurea é enfermeira e desenvolve um trabalho com plantas medicinais junto aos Sem-Terras.

⁶¹ LEONE, M. *Op. cit.*, p. 23.

⁶² Entrevista 2 – Áurea Moretti Pires.



Áurea Moretti, em Ribeirão Preto, no final dos anos 90. Fonte: *Revista Revide*, nº 181, fascículo 31.

Considerações Finais

Quando a Ditadura Militar se instaurou como regime político, alguns setores da população brasileira, principalmente os jovens, se propuseram a enfrentá-la. Os órgãos responsáveis por reprimir possíveis manifestações, contudo, estavam prontos para usar as mais sujas armas. E o fizeram.

Se visto por este ângulo, os grupos de esquerda surgidos após 1964 foram negligentes, precipitados, ousados demais; verdadeiro jardim da infância diante de uma universitária repressão.

A questão, porém, é que as referências mundiais recebidas por estes grupos e, simultaneamente, a instalação de uma ditadura militar no país, fizeram com que eles não se permitissem acomodar. Sem terem vias legais para que pudessem desfechar a luta, suas ações eram de risco, sendo, muitas vezes, fatais.

A FALN agiu da mesma forma que as outras organizações, com o diferencial de ser menor, ter menos recursos e estar isolada no interior. Seus integrantes buscavam os mesmos ideais que os integrantes dos grupos da capital, e também aceitaram correr risco de morte para concretizá-los.

O grupo de Ribeirão Preto não tinha a pretensão de deflagrar a revolução a partir de sua luta, já que se viam como força auxiliadora do processo revolucionário, e não como a vanguarda dele. Também não expropriou bancos, nem seqüestrou celebridades, mas tentou organizar camponeses para a guerrilha rural.

Além disso, várias de suas características o singularizam: é provável que tenha sido o único grupo a não se originar a partir de uma capital. Foi a primeira organização armada a sair do PCB. Teve, guardadas as proporções, o maior percentual de camponeses entre seus membros, quando comparada às demais. Contou com a presença de uma mulher e de um camponês em sua direção. Envolveu em sua história, ainda que involuntariamente, a figura de uma mãe. Foi a organização mais integrada por jovens menores de 25 anos. E foi a responsável pela efetivação de uma penalidade canônica, única noticiada pela imprensa durante o período ditatorial.

Assim, a FALN não deixou de se posicionar diante da situação política e econômica do país, pagando um preço caro por tal atitude. A reconstrução e divulgação da sua história ajudam, então, no reconhecimento de seu mérito, além de saldar parte da dívida da sociedade para com Vanderley Caixe, Áurea Moretti, Mário Bugliane, Luiz Gonzaga da Silva, Mário Lorenzato, Nelson Tone-to, Djalma Quirino de Carvalho, Sílvio Rego Rangel e tantos outros.

Fontes Utilizadas

I- Fontes Orais

- Entrevista 1 Concedida por **Vanderley Caixe** à Alessandra Bagatim (Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002)
- Entrevista 2 Concedida por **Áurea Moretti Pires** à Alessandra Bagatim (Ribeirão Preto, 15 de junho de 2002)

2- Documentação Processual

Fundo **Brasil Nunca Mais**. Processo 65.
Arquivo Edgar Leuenroth - IFCH/Unicamp

Bibliografia

- ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. *Memória da militância. A resistência feminina ao período militar (Ribeirão Preto: 1965/1971)*. Unesp, Franca, 1999.
- ALMEIDA, Maria H. T. & WEIS, Luiz. "Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime" In: *História da vida privada no Brasil*. Volume 04. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- BASSANEZI, Carla. "Mulheres dos Anos Dourados". In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha ribeirão-pretana. História de uma organização armada revolucionária*. Unesp, Franca, 2001.
- _____. "A guerrilha rural no Brasil pós 1964" In: *Estudos de História - A Força na política*. Unesp, Franca, v.8 - n. 1, 2001.
- CARVALHO, Luiz Makouf, *Mulheres que foram à luta armada*, São Paulo: Globo, 1998.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.
- GARCIA, Marco Aurélio, "Contribuições para uma história da esquerda brasileira". In: MORAES, R. et alli. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. "O gênero da militância". In *Cadernos Pagu* (8/9). Unicamp, Campinas, 1997.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LEONE, Matilde. *Sombras da Repressão – O outono de Maurina Borges*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. "Recônditos do Mundo Feminino". In SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira. Corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.
- PAULINO, Leopoldo. *Tempo de Resistência*, Ribeirão Preto: Oswaldo Cruz, 1998.
- PINHEIRO, Ana Paula Araújo & TOMICIOLI, Ana Regina Bula. *O preço da luta – A igreja católica como ponto de partida*. Bauru, 1999.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo, *O fantasma da Revolução Brasileira*, São Paulo: Unesp, 1993.
- SCOTT, Joan. Gênero: "Uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*. VI.15, n.2, jul/dez 1990.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos nas Sombras – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- TAVARES, Flávio, *Memórias do Esquecimento*, São Paulo: Globo, 1999.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense